

Sebastián Celestino Pérez  
Esther Rodríguez González  
(eds.)

ANEJOS  
DE  
AESPALXXX



TERRITORIOS COMPARADOS:  
LOS VALLES DEL GUADALQUIVIR, EL GUADIANA  
Y EL TAJO EN ÉPOCA TARTÉSICA

SEBASTIÁN CELESTINO PÉREZ  
ESTHER RODRÍGUEZ GONZÁLEZ  
(eds.)

TERRITORIOS COMPARADOS:  
LOS VALLES DEL GUADALQUIVIR, EL GUADIANA  
Y EL TAJO EN ÉPOCA TARTÉSICA

Reunión científica, Mérida (Badajoz, España), 3-4 de diciembre de 2015

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

INSTITUTO DE ARQUEOLOGÍA

MÉRIDA, 2017

# SUMARIO

|                                                                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| PRESENTACIÓN                                                                                                                     |     |
| <i>Sebastián Celestino Pérez y Esther Rodríguez González</i> .....                                                               | 9   |
| LA COLONIZACIÓN FENICIA EN LA TARTÉSIDE: ESTRATEGIAS Y FASES                                                                     |     |
| <i>Eduardo Ferrer Albelda</i> .....                                                                                              | 11  |
| EL ASENTAMIENTO PROTOHISTÓRICO DEL JARDÍN DE ALÁ (SALTERAS, SEVILLA)                                                             |     |
| <i>Mark A. Hunt Ortiz y Daniel García Rivero</i> .....                                                                           | 47  |
| NUEVOS DATOS SOBRE EL BRONCE FINAL EN OSUNA                                                                                      |     |
| <i>Eduardo Ferrer Albelda, José Ildefonso Ruiz Cecilia y Francisco José García Fernández</i> .....                               | 79  |
| HUELVA Y EL MEDITERRÁNEO. SIGLOS IX – V A.C.                                                                                     |     |
| <i>Adolfo Domínguez Monedero</i> .....                                                                                           | 129 |
| LA HERENCIA DE ARGANTONIO: CAMBIOS Y ESTRATEGIAS EN EL TARTESO POSTCOLONIAL                                                      |     |
| <i>Francisco José García Fernández</i> .....                                                                                     | 147 |
| SOBRE O CONCEITO DE FRONTEIRA: O GUADIANA NUMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA                                                          |     |
| <i>Pedro Albuquerque y Francisco José García Fernández</i> .....                                                                 | 175 |
| DE LO INVISIBLE A LO VISIBLE. LA TRANSICIÓN ENTRE EL BRONCE FINAL<br>Y LA PRIMERA EDAD DEL HIERRO EN EL VALLE MEDIO DEL GUADIANA |     |
| <i>Sebastián Celestino Pérez y Esther Rodríguez González</i> .....                                                               | 183 |
| EL VALLE MEDIO DEL GUADIANA DURANTE LA I EDAD DEL HIERRO: UNA NUEVA LECTURA<br>SOBRE SU ORGANIZACIÓN TERRITORIAL                 |     |
| <i>Esther Rodríguez González y Sebastián Celestino Pérez</i> .....                                                               | 213 |
| O TEJO PORTUGUÊS DURANTE O BRONZE FINAL                                                                                          |     |
| <i>Raquel Vilaça y João Luis Cardoso</i> .....                                                                                   | 237 |
| A IDADE DO FERRO ORIENTALIZANTE NO VALE DO TEJO: AS DUAS MARGENS DE UM MESMO RIO                                                 |     |
| <i>Ana Margarida Arruda</i> .....                                                                                                | 283 |
| PERCORRENDO O BAIXO TEJO: REGIONALIZAÇÃO E IDENTIDADES CULTURAIS NA 2ª METADE<br>DO 1º MILÉNIO A.C.                              |     |
| <i>Elisa de Sousa</i> .....                                                                                                      | 295 |
| O CABEÇO GUIÃO (CARTAXO - PORTUGAL): UM SÍTIO DA IDADE DO FERRO DO VALE DO TEJO                                                  |     |
| <i>Ana Margarida Arruda, Elisa de Sousa, Elisabete Barradas, Carlos Batata, Cleia Detry y Rui Soares</i> .....                   | 319 |
| «IT'S THE END OF THE WORLD AS WE KNOW IT ...»:<br>O FINAL DA IDADE DO BRONZE E O INÍCIO DA IDADE DO FERRO NO INTERIOR ALENTEJANO |     |
| <i>Rui Mataloto</i> .....                                                                                                        | 363 |
| TALAVERA LA VIEJA (CÁCERES), UN ASENTAMIENTO ORIENTALIZANTE EN LA CUENCA DEL RÍO TAJO                                            |     |
| <i>José Ángel Salgado Carmona</i> .....                                                                                          | 393 |

## O TEJO PORTUGUÊS DURANTE O BRONZE FINAL

### *The Portuguese Tagus during the Late Bronze Age*

Raquel VILAÇA, Instituto de Arqueologia. Universidade de Coimbra.  
João Luís CARDOSO, Universidade Aberta.

**Resumo:** O texto trata da unidade e da diversidade cultural do Bronze Final do Tejo português, valorizando, em particular, as vertentes económica e social. Os autores adoptam o traçado do rio como eixo condutor da estrutura do trabalho, analisando, selectivamente, os povoados e sua organização, as práticas culturais e funerárias, a marcação e apropriação das paisagens, a produção e troca de alguns dos materiais utilitários e de prestígio. Dessa análise decorre a identificação de determinados elementos culturais que traduzem homogeneidade identitária, enquanto outros serão o resultado da existência de barreiras entre as comunidades. Algumas delas estenderam o olhar bem para além do rio, estabelecendo contactos e contribuindo para uma aproximação entre o interior e o litoral da Península Ibérica, e, de forma geográfica mais alargada o norte, atlântico e o sul, mediterrâneo.

**Summary:** This paper deals with the cultural uniformity and the cultural diversity in the Portuguese area of the Tagus basin during the Late Bronze Age. It focuses, in particular, on the economic and social spheres. The course of the river serves as the central axis of the author's narrative. They selectively analyse the settlements and their organisation, the religious and funerary practices, the demarcation and appropriation of landscapes and the production and exchange of utilitarian and prestige objects. This approach makes it possible to recognise cultural elements linked to an homogeneous identity, while detecting others that result from barriers between the communities. Some of these communities were involved in long-distance cultural contacts and contributed to the connections among the inner areas and the shores of the Iberian Peninsula, as well as other areas located further north, to the Atlantic, and south, to the Mediterranean.

**Palavras-chave:** Povoados; Rituais funerários; Cerâmica; Metalurgia; Bens de prestígio; Atlântico / Mediterrâneo.

**Key words:** Settlements; Funerary rituals; Pottery; Metalwork; Prestige goods; Atlantic / Mediterranean.

#### 1. O TEJO PORTUGUÊS E A SUA CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Desde a fronteira, quando entra em território português e recebe as águas do Erges, até à zona do estuário, o Tejo tem aproximadamente 230 Km. Neste percurso encontramos, na realidade, dois rios. A montante, no seu troço internacional, é um rio que

corre apertado e encaixado nos planaltos do Maciço Antigo, enquanto que a jusante, depois da foz do Zêzere, transforma-se num rio de planície, entrando em plena Bacia Cenozóica e finalizando num largo estuário interior junto a Lisboa (Fig. 1).

Para a época em que se centra este texto –tomamos aqui como balizas cronológicas de referência do Bronze Final o período compreendido entre os sécu-

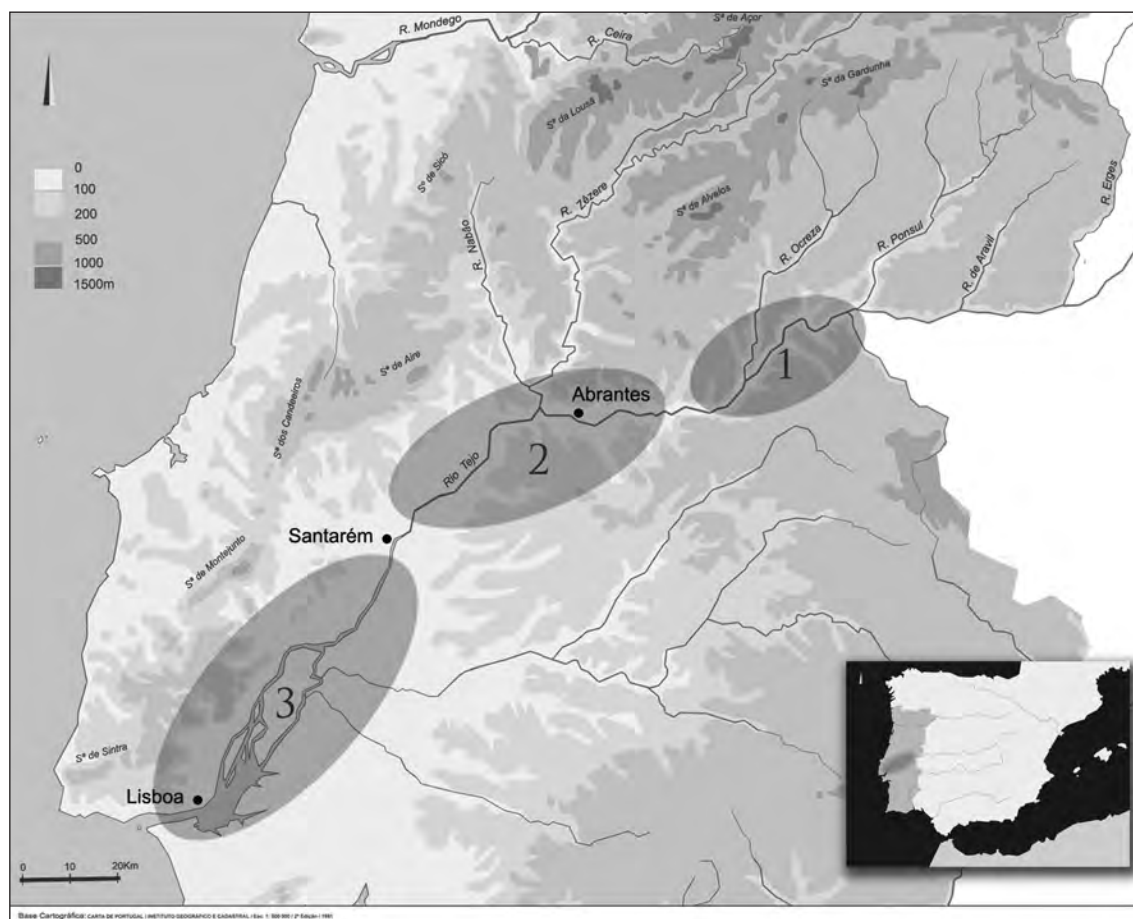


Figura 1. O Tejo português com a indicação das três grandes áreas: Alto, Médio e Baixo Tejo.

los XIII e IX a. C.— a fisionomia do rio era necessariamente diferente e é sabido que, em particular, o antigo estuário do Tejo era mais largo e profundo, em resultado de um menor assoreamento, que se iniciou ainda em tempos mesolíticos e não mais parou até a actualidade.

Naturalmente que estas características genéricas condicionaram de modo distinto a forma como as comunidades, desde época bem remota, se fixaram ou simplesmente frequentaram o rio, explorando-o, económica, territorial e simbolicamente. De importância maior terá sido o seu papel como via de comunicação ao longo dos tempos.

Este último aspecto é estrutural não só por o rio oferecer reais condições de navegabilidade, evidentemente distintas em função do tipo de embarcações utilizadas e das próprias características do seu regime, variável ao longo do percurso e da época do ano, mas também porque a sua extensão máxima de

cerca de 1000 Km, confere-lhe lugar destacado nas relações entre o interior da Península Ibérica e a fachada atlântica ocidental, ou seja, o Tejo, mais do que um eixo fluvial, é um eixo fluvio-marítimo (Vilaça 1995: 410).

Deste modo, e tomando de empréstimo as palavras de Galopim de Carvalho, «numa linguagem figurada, poderemos dizer que o maior rio da Península resultou do ‘casamento’ de um curso de água bem castelhano, prisioneiro da interioridade, com um outro, bem lusitano e aberto ao mar» (Carvalho 2015: 201).

Da importância estratégica da sua navegabilidade ao longo da História dão-nos conta os diversos portos fluviais existentes, desde o de Vila Velha de Ródão aos de ambas as margens do estuário, e as obras desenvolvidas (ou tão-só planeadas) para a melhorar, primeiro pelos Templários como defensores da linha do Tejo, depois por D. Manuel I, a que se seguiram outros (Gaspar 1970).

Merece destaque o projecto oitocentista de carácter internacional elaborado por X. Cabanes (1829), visando avaliar as potencialidades de navegação a vapor de Aranjuez a Lisboa.<sup>1</sup> Por seu lado, o viajante espanhol José de Cornide também se refere à navegabilidade do Tejo, nomeadamente a montante de Abrantes, considerando este porto como o último, pois que a partir daí as embarcações continuavam a subi-lo, mas com dificuldade (Cornide 1893-1894, Tomo XXVII: 195-196; Tomo I: 96-97, *Apud* Santos 2008: 36-37). Para o efeito, recorriam à tracção humana ou animal a partir das margens, técnica comprovada pelos caminhos de

sirga do Tejo que até hoje se conservaram na região de Vila Velha de Ródão.

É certo que estas breves notas se reportam a tempos históricos, recordando como a navegabilidade do Tejo foi, então, e ao longo de muitos séculos, estratégica na interacção entre populações e no seu devir económico (Fig. 2). Mas elas também nos permitem pensar, para o período que ora nos interessa, que o rio constituía já eixo de comunicação de primeira grandeza.

E, de importância não menor, pela sua forte presença visual, o rio terá sido não só via mas igualmente marco de referência e de orientação para as comunidades que o frequentavam.

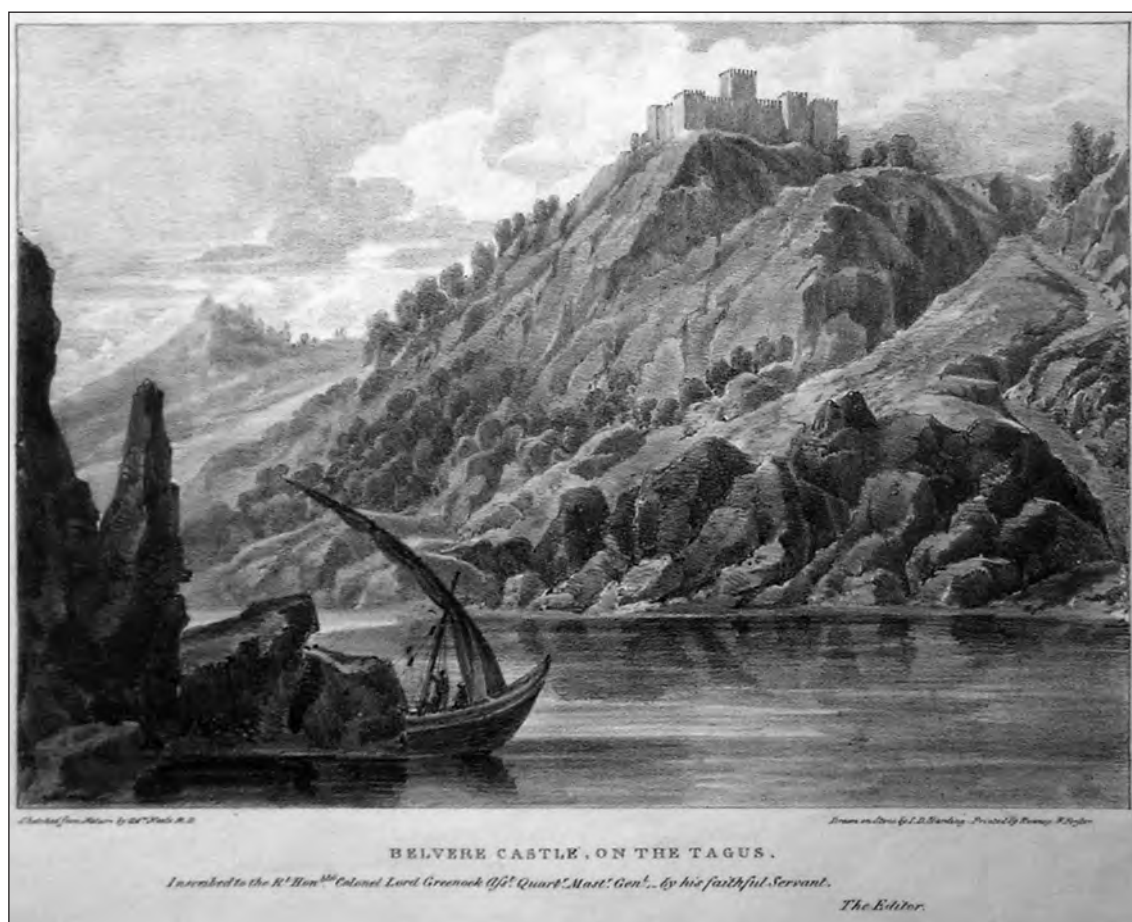


Figura 2. Barca em Belver (Médio Tejo), gravura colorida inglesa do séc. XIX (arquivo de J. L. C.).

<sup>1</sup> Neste interessante estudo sublinha-se que em todo o curso do Tejo não existe nenhum salto ou catarata natural (Cabanes 1829: 13), registando-se a navegabilidade desde Herrera a Lisboa. Assim, por exemplo, de Vila Velha de Ródão a Abrantes (c. 15 léguas) navegava-se com barcos chatos por

meio de remo e sirga e mais raramente a vela, em oito dias, enquanto que de Abrantes a Santarém (c. 12 léguas) a navegação era contínua em barcos chatos, por meio de vela, remos e maré, e só daqui a Lisboa (c. 14 léguas) a navegação era feita com barcos de vela e quilha (fragatas e cacilheiros).

A este propósito, importa dizer ainda que a circulação fluvial contempla também a que é feita entre margens, de barco ou a vau, proporcionando o contacto privilegiado com os locais onde a passagem pudesse ser feita a pé.

O caudal irregular do rio deixa em aberto várias hipóteses. No seu percurso internacional, o Tejo oferece dificuldade no seu cruzamento, registando-se duas passagens principais: uma ainda em território espanhol, no vau de Alconétar, hoje submerso pela barragem de Alcântara; outra nas «Portas de Ródão», onde o rio se contrai numa garganta de c. 50 m de largura, espalhando-se depois a jusante, formando pequenos rápidos entre os afloramentos rochosos facilmente transponíveis no estio. Nesta região do Alto Tejo português a penetração nos territórios que se desenvolvem para ambos os lados do rio seriam facilitados pela orientação dos afluentes, sobretudo da margem direita, que configuram corredores de circulação de orientação norte/sul, penetrando profundamente nos vastos territórios do sul da Beira Interior (Vilaça 1995: 411).

Entre Tancos e Arripiado o rio abandona o Maciço Antigo, constituído por rochas cristalinas e metamórficas, mantendo até Vila Nova da Barquinha, onde desagua o rio Zêzere, uma orientação geral de Este-Oeste, inflectindo depois para uma orientação Nordeste-Sudoeste, que conserva até Lisboa. Este último tramo corresponde ao Baixo Tejo; as paisagens diversificam-se, espalhando-se o leito do rio por uma extensa planície aluvial, bordejada por terraços quaternários, especialmente desenvolvidos ao longo da margem esquerda, onde atingem, na região de Alpiarça, fronteira a Santarém, a largura de 15 a 20 km. Tais terraços escalonam-se a diversas altitudes, oferecendo uma fácil circulação para quem se abeirava do rio vindo das charnecas ribatejanas e alentejanas. A jusante de Vila Franca de Xira, o rio divide-se em diferentes braços, formando mouchões e dando origem a um vasto delta interior, o mar da Palha, em processo de franco assoreamento, por sedimentação progressiva dos seus esteiros da margem sul. Este corpo sedimentar termina abruptamente a jusante por uma estreita garganta de saída para o Oceano, que se desenvolve entre Lisboa e Cacilhas, a montante, e São Julião da Barra, a jusante, onde, em consequência das fortes correntes de maré, nenhum sedimento se deposita de forma duradoura.

Importa desde já sublinhar que, para a conjuntura histórica da época que nos interessa, o Tejo abria as portas que levavam aos estratégicos recursos estaníferos e auríferos do interior, sobretudo de aluvião, e é

bem sabido que ele próprio foi evocado, a este propósito e pela sua importância, pelos escritores clássicos (Fernández Nieto 1970-1971; Vilaça 1995: 71; Cardoso *et al.* 2011).

## 2. O TEJO PORTUGUÊS E A INVESTIGAÇÃO DO BRONZE FINAL

Este contributo constitui oportunidade para, a partir da reavaliação dos dados conhecidos e da apresentação de novos dados, obter um olhar global sobre o Bronze Final do Tejo, perspectiva esta que tem sido preterida pela investigação a favor de análises sectoriais ou regionais, as quais se revestem, outrossim, de assinalável interesse para a presente síntese. Efectivamente, a arqueologia do Tejo português conta apenas com dois textos desta natureza.

Quase trinta anos decorreram desde a publicação do primeiro, que resultou da exposição realizada em 1987 por ocasião do I Congresso do Tejo (Silva coord. 1987). De carácter diacrónico, desde o Paleolítico à presença Romana, a Idade do Bronze (e do Ferro) foi aí representada pelas estações da zona de Alpiarça, de que se ocuparam Kalb & Höck (1987), e da zona do estuário, a que atendeu um de nós (Cardoso 1987).

À equipa dos colegas alemães interessava, então, a caracterização das ocupações proto-históricas de Alpiarça, temática a que trouxeram importantes contributos, como veremos adiante. No segundo texto, centrado no estuário e explorando a sua diacronia de ocupação, valoriza-se, para o Bronze Final, um modelo de povoamento particularmente importante na região, os chamados «casais agrícolas», como bem ilustra o sítio da Tapada da Ajuda (Lisboa), ocupado no início daquele período e de cujas escavações resultaram igualmente dados relevantes (Cardoso *et al.* 1986; Cardoso 1995 a, com bibliografia complementar).

Mais recentemente, o Tejo voltou a ser abordado de forma integrada no tocante às ocupações do Bronze Final e da I Idade do Ferro (Vilaça & Arruda 2004). Essa análise, que utilizou considerável volume de dados, permitiu defender a existência de uma profunda relação entre as duas principais áreas então estudadas — a do estuário e a do Alto Tejo — e sublinhou igualmente a ideia de que o Tejo, na fase inicial da Idade do Ferro, foi de capital importância no processo de «orientalização» das terras mais interiores.

É essa perspectiva abrangente que adoptamos neste ensaio, mas agora dirigido apenas à última etapa da Idade do Bronze. Além disso, a situação de

hoje, em que não só se conta com um maior número de dados como também com novos problemas que se juntaram a outros não resolvidos, beneficia ainda de duas recentes sínteses regionais, concretamente para o Baixo Tejo (Cardoso 2015) e para o Alto Tejo português (Centro e Sul da Beira Interior) (Vilaça 2013 a), que importa agora também valorizar conjuntamente.

Por outro lado, o Médio Tejo português, onde os registos conhecidos eram mais esparsos, mais antigos e imprecisos, ou a necessitar de estudo, foi, entretanto, alvo de maior atenção, trazendo dados inéditos, os quais também foram em parte sistematizados (Delfino et al. 2014). A descontinuidade geográfica existente entre aquelas duas regiões não foi acompanhada pela diferenciação das características da ocupação humana observada em ambas, a qual, no Bronze Final, não é confirmada pelos dados arqueológicos reunidos, ganhando assim consistência e expressividade a existência de um «corredor estreito-beirão», conforme defendido (Vilaça & Arruda 2004: 38).

Este «corredor», substanciado na rota que o próprio rio define, reporta-se a um período em que nunca, como até então, as comunidades, plenamente hierarquizadas e através das suas elites, estabeleceram contactos, viajaram, produziram e trocaram bens de diversa natureza, com significados vários, que circularam entre regiões por vezes muito distantes. É neste particular que faz pleno sentido olhar o rio como elemento potenciador de contactos.

Em síntese, o traçado do Tejo, que adoptámos como eixo condutor na estrutura deste trabalho, estreitou laços de vizinhança e aproximou mundos culturais distintos, entre o interior e o litoral, o Atlântico e o Mediterrâneo, o sul e o extremo ocidental da Península. Essa contiguidade não anulou, todavia, a expressiva marca cultural da região portuguesa banhada pelo Tejo, ela própria incorporando distintos apontamentos culturais de escala mais circunscrita, micro-regional, denunciadores da particularidade, por vezes exclusiva, de determinados contextos e registos (Cardoso 1995 b; 1999-2000).

Procuraremos caracterizar, compreender e valorizar em termos económicos e sociais o Bronze Final do Tejo português através da análise, necessariamente selectiva, dos povoados e sua organização, das práticas culturais e funerárias, da marcação e apropriação das paisagens, da produção e troca de alguns dos materiais utilitários e de prestígio, bem como de outros registos que memorizam a matéria remanescente destas comunidades de há 3000 anos.

### 3. LUGARES, TERRITÓRIOS E REDES DE POVOAMENTO

#### 3.1. POVOADOS E SUA ORGANIZAÇÃO

##### 3.1.1. Os sítios na paisagem

Os povoados, ou espaços habitados, sem atender a dimensões, número de habitantes, organização interna, funcionalidades particulares e implantação topográfica, entre outras, constituem as evidências mais substanciais da arqueologia do Bronze Final do Tejo português.

De localização ribeirinha ou na proximidade do rio, ou ainda disseminados por áreas mais afastadas, são já em número significativo os povoados conhecidos, o que nos permite identificar e caracterizar algumas linhas de força ao nível do seu enquadramento no espaço e sua articulação com outros indicadores da presença humana.

Como primeiro elemento caracterizador dos lugares habitados no Bronze Final salientamos, em termos de implantação, e apesar de inúmeras especificidades, duas realidades fundamentais: sítios de altura, dominadores e por vezes de grande impacto visual na paisagem, e sítios localizados em terras baixas ou em encostas com declive suave, discretos no espaço. Esta dicotomia algo simplista comporta riscos, como veremos, e será, decerto, imprecisa, mas essa dualidade traduz a evidência que melhor ficou registada na forma de ocupar os territórios.

Todavia, não podemos generalizá-la em termos geográficos a todo o Tejo português, o que significa que também os modelos de povoamento não terão sido homogéneos nas distintas regiões banhadas pelo rio. Sem prejuízo de alterações futuras que a investigação possa vir a proporcionar, é inequívoco que, enquanto os povoados de altura são conhecidos ao longo do eixo estruturante do rio, os de baixa altitude não o são, seja por falta de prospecções em determinadas áreas, seja por diferente conservação em função de distintas condições geológicas e pedológicas, seja por reais idiosincrasias culturais.

Estes últimos, consagrados na bibliografia portuguesa como «casais agrícolas», (Marques & Andrade 1974) reportam-se, sobretudo, à zona do estuário e, de modo muito evidente, às férteis terras basálticas adjacentes da margem norte do estuário do Tejo, onde são numerosos. Os estudos ulteriormente realizados vieram documentar que em geral são sítios de pequenas dimensões, correspondentes provavelmente a unidades familiares, dedicadas de forma intensi-

va e extensiva à produção cerealífera, possivelmente de trigo, conforme é atestado pelos elementos de foie sobre lascas de sílex recolhidos em múltiplos sítios, como em Leião e no Abrunheiro (Cardoso & Cardoso, 1996; Cardoso 2010-2011 a). Implantados em áreas de encosta de relevo muito suave, ocupadas por solos basálticos de alta produtividade agrícola, apenas um número muito escasso deste locais se revelaram como pequenos povoados, como é o caso do sítio da Tapada da Ajuda, dentro da área urbana de Lisboa (Fig. 3) (Cardoso 1995 a; 1999-2000; 2004; 2015), onde se identificaram diversas unidades habitacionais dispersas ao longo de suave encosta, sobranceira ao Tejo. Estes sítios abertos relacionar-se-iam com os sítios de altura que pontuam a região (Fig. 4), alguns deles intervisíveis (Cardoso 1999-2000; 2004; 2015), embora não seja possível delimitar os seus possíveis territórios. Rio acima, o contraste é evidente, em particular na região do Alto Tejo português, onde aqueles são desconhecidos e, se é certo que a margem esquerda, nos territórios dos

actuais concelhos alentejanos de Nisa e Gavião é pior conhecida, o mesmo não acontece com toda a área sul dos concelhos de Idanha-a-Nova e de Castelo Branco intensamente prospectada desde há décadas. Nesta região, os locais habitados reportam-se, invariavelmente, a proeminentes sítios de altura, como o Monte de São Martinho e Monforte da Beira (Castelo Branco), a Moreirinha e os Alegrios (Idanha-a-Nova) (Fig. 5). Porém, é absolutamente necessário sublinhar que a sua variabilidade, de que poderia decorrer distinto papel na respectiva rede de povoamento, passa, e muito, por comportarem dimensões bastante díspares, alguns bem pequenos em área, como o Monte do Frade (Penamacor) ou o Monte do Trigo (Idanha-a-Nova) (Vilaça 1995: 250-251; 1997 a; 2013 a: 202; Vilaça & Cristóvão 1995).

Corresponderá esse vazio de sítios de baixa altitude a uma realidade e, se sim, qual será a explicação? Estará a resposta na distinta potencialidade agrícola das duas regiões, esta última de cariz mais pastoril?



Figura 3. Implantação da Tapada da Ajuda (foto de J. L. C. 1987).



Figura 4. O Penedo do Lexim visto de longe (foto de J. L. C. 1994).



Figura 5. Monte de São Martinho (à direita), observando-se ao fundo a colina de Castelo Branco (foto de R. V. 2015).

Na verdade, e de momento, para além do estuário, será só no Baixo e no Médio Tejo que volta a ser possível identificar alguns registos denunciadores de potenciais lugares de baixa altitude, quer na região de Santarém, quer na de Abrantes e, em ambas, articulados com povoados de altura, tal como na região do estuário.

Com efeito, na margem norte do Baixo Tejo, era até há pouco tempo desconhecida uma inequívoca ocupação do Bronze Final, que hoje sabemos existir na Alcáçova de Santarém (Fig. 6), onde diversos materiais cerâmicos a colocam na transição do II para o I milénio a. C. (Arruda & Sousa 2015).

Mas parece ser só na margem sul, onde o quadro do povoamento entre Alpiarça e Almeirim é particularmente interessante, que se regista ocupação de baixa altitude, se bem que de natureza e características distintas dos sítios da região do estuário. O sítio do Alto do Castelo (Alpiarça), com 32 m de altitude máxima, domina, à escala local, a fértil planície adjacente. A sua ocupação na Idade do Ferro, também só recentemente valorizada (Arruda *et al.* 2014), terá dado continuidade à do Bronze Final, conforme testemunham talude e materiais, cerâmicos e metálicos (Kalb & Höck 1988: 195).

Nesta mesma região encontra-se o Alto dos Cacos (Almeirim), localizado em extenso terraço a 14 m de altitude, que dependeria, conforme defendido, da esfera de influência do grande povoado do Alto do Castelo (Pimenta *et al.* 2012: 29-30). As prospecções permitiram estimar uma área ocupada no Bronze Final em cerca de 2 hectares. Ora, este dado, talvez algo inflacionado pela natureza da infor-

mação, não deixa de recolocar um problema de ordem mais geral e que, não sendo novo, necessita futuramente de maior atenção. Assim, tal qual o observado na área do estuário do Tejo, a realidade conhecida a montante leva à conclusão de que alguns locais são dificilmente compatíveis com a sua redução à categoria «casal agrícola» que, recorrentemente, se utiliza, pois a este conceito subjaz a ideia de um núcleo de carácter familiar de pequena dimensão.

De certo modo, o problema já se tinha colocado a propósito do sítio da Quinta da Pedreira, situado na região de Abrantes (Rio de Moinhos), onde as escavações desenvolvidas por Paulo Félix e a recolha de materiais ao longo de desaterros de obras da construção da auto-estrada deixaram como hipótese, se bem que não confirmada, a existência de várias unidades familiares num contexto mais próximo ao de uma «aldeia» do que de um «casal» (Félix 2006: 76 e nota 6).

Nesta região são ainda conhecidos outros sítios de baixa altitude, quase todos na margem direita, como Amoreira, Quinta do Vale do Zebro, Tramagal, Carrascal (Batata *et al.* 1999: 28; Delfino *et al.* 2014: 177). A sua tipologia concreta não está perfeitamente determinada, mas admite-se que seriam dependentes do povoado de altura existente na Fortaleza de Abrantes (Félix 2006: 86), actualmente com escavações dirigidas por Davide Delfino, que lhe determina uma dimensão de c. de 1,7 hectares (Delfino *et al.* 2014: 161). Em termos de organização da rede de povoamento e de implantação, o sítio domina o curso do rio num modelo que não deixa de replicar, com suas especificidades, o que se conhece em Santarém: o Tejo, o povoado de altura, e os sítios de baixa altitude.



Figura 6. O Tejo, para montante, visto do alto da Alcáçova de Santarém (in Cardoso, 2004, Fig. 185).

À ocupação do Bronze Final de Abrantes (Fig. 7), que já se sabia existir com base em achados avulsos antigos,<sup>2</sup> parece confirmar-se agora ter tido continuidade na I Idade do Ferro, nomeadamente com o registo de «uma dezena de fragmentos de cerâmica a torno de produção fenícia (entre os quais um fragmento de *pythos*) e alguns fragmentos de cerâmica cinzenta, de fabrico segundo a tradição local mas de influência orientalizante» (Cruz *et al.* 2015: 20). O alcance do significado destes dados, cujo estudo ainda não está disponibilizado, terá de ser futuramente avaliado, designadamente quanto à cerâmica de produção fenícia neste ponto do Tejo.

Em síntese, existem quatro áreas principais do percurso do rio para as quais parece ser possível defender, para já, dois modelos genéricos de povoamento.

No Baixo Tejo, na península de Lisboa, a que é possível comparar por aproximação algumas das situações conhecidas no Médio Tejo, em Santarém e em Abrantes, ambas com suas particularidades, a coexistência dos dois tipos principais de povoados configura uma hierarquização da ocupação do espaço geográfico, na qual os sítios de altura desempenhariam funções de coordenação dos territórios, asso-

ciados à afirmação de centros de poder económico-político (Cardoso, 2015). Sublinhe-se, todavia, que a questão da dimensão de uns e de outros necessita de ser melhor conhecida e compreendida, uma vez que é bastante variável em ambas as categorias.

Pelo contrário, o modelo que sobressai para a zona mais interior do Alto Tejo português, onde se desconhece povoamento ribeirinho, é absolutamente dominada por sítios de altura de notável alcance visual, se bem que igualmente de dimensão variável, aproximando-se de uma organização policêntrica, de forte pendor multipolar, forma encontrada pelas comunidades no seu relacionamento entre si e com a paisagem (Vilaça 2013a: 201). Nesta região, o vazio de povoamento nas áreas mais próximas do rio não deverá estar dissociado da sacralização milenar desse espaço consubstanciado no Santuário rupestre do Vale do Tejo (Vilaça 2000: 176).

### 3.1.2. Os sítios e seus espaços

Bastante mais limitado é o conhecimento que temos da organização interna do espaço habitado. Esta situação é particularmente gravosa na medida

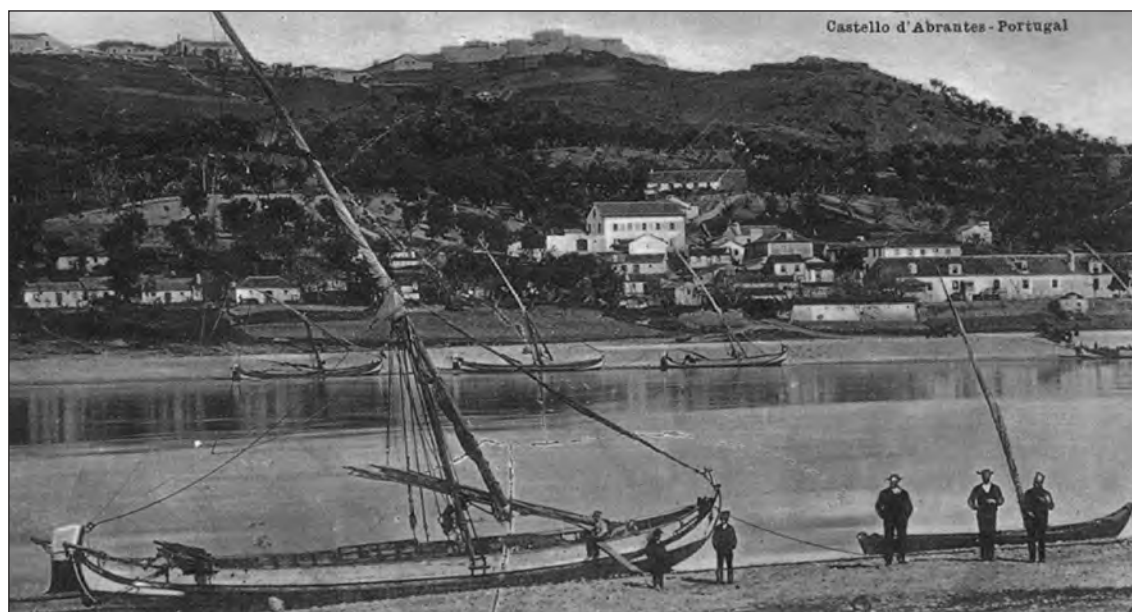


Figura 7. Castelo de Abrantes observando-se o porto em primeiro plano (foto de finais do século XIX, cedida por J. Candeias da Silva).

<sup>2</sup> Apresentados por Maria Amélia Horta Pereira no *Simpósio O Bronze Final na Beira Interior*, realizado em Mação, 1988, cujas actas nunca foram publicadas. Veja-se

respectivo Livro de Resumos (Cerâmica do Bronze Final na Fortaleza de Abrantes, p. 23).

em que, não só são escassos os sítios intervencionados, como, tendo-o sido, são geralmente muito circunscritas as áreas efectivamente escavadas, e parca e parcial a informação publicada. A este condicionamento, acresce o facto de as estruturas da época encontrarem-se, em regra, muitíssimo mal conservadas, seja por motivações pós-deposicionais e pelas vicissitudes por que passaram os sítios, seja pelas características inerentes à própria arquitectura e respectivos materiais de construção.

Esta realidade constitui um dos outros elementos caracterizadores da época e região, atingindo todos os tipos de estruturas, desde as mais básicas e de índole familiar, centradas na «casa», até às de escala comunitária, como as «muralhas».

### 3.1.2.1. *Cabanas*

As estruturas habitacionais do Bronze Final do território português estão representadas essencialmente por cabanas. Quer isto dizer que, construção, materiais utilizados, dimensão, plantas, compartimentação do espaço, traduzem em geral uma arquitectura pouco complexa, frágil e rústica. A sua implantação nos sítios revela igualmente uma distribuição desordenada, que não casuística, mais em função da topografia do terreno, da exposição solar, ou do abrigo dos ventos, do que decorrente de qualquer outra motivação de ordenação do espaço, como bem traduzem alguns casos concretos no eixo do Tejo que comentamos seguidamente.

A construção é híbrida com recurso ao uso do barro (argila de revestimento com negativos de ramos e entrançados), madeira e pedra. As cabanas são circulares, subcirculares, ou elípticas, configurações que limitaram a criação de divisórias internas do espaço, inexistentes ou que não deixaram vestígios. Plantas ortogonais e compartimentadas são, indiscutivelmente e não obstante alguns casos isolados de cronologia pré-histórica conhecidos no território português, um modo de construir devedor das dinâmicas «orientalizantes» e que, na linha do Tejo se circunscrevem, para já, ao Baixo Tejo. Com efeito, as estruturas habitacionais da Idade do Ferro no Médio e Alto Tejo, como a cabana do Castelo da Cabeça das Mós (Sardoal), elíptica, (Félix 2006: 80), ou mesmo a da Cachouça (Idanha-a-Nova) (Vilaça 2007 a: 69), mantêm a tendência circular do espaço.

Tal como estas, a dimensão das cabanas do Bronze Final é modesta, com valores conhecidos em tor-

no dos 6 m, no caso do eixo maior da cabana oval da Tapada da Ajuda (Lisboa) (Fig. 8) (Cardoso 2004, Fig. 129), ou os 4-5 m em outras situações conhecidas, como em Alegrios e na Moreirinha, indicando que as comunidades não se estruturariam em grandes famílias partilhando uma única habitação.

Uma das cabanas dos Alegrios, subcircular, com um diâmetro de 3,60 m, é definida por tosco alinhamento de pedra semi-enterrado e três buracos de poste existindo, ao centro, uma lareira e, no exterior, outras duas (Vilaça 1995: 260 e Est. CLXXI) (Fig. 9). Na Moreirinha, onde os diâmetros atingem os 4-5 m, as cabanas definem-se por sapata de pedra mais estruturada, com duplo alinhamento e localizam-se junto a grandes afloramentos graníticos, permitindo pensar que estes foram incorporados como «parede» no próprio espaço habitacional ou poderiam constituir apoios para alpendres. As coberturas encontravam apoio em postes de madeira existentes no centro das cabanas (Vilaça 2013a: 203). A existência de um duplo alinhamento de blocos para a construção do embasamento dos recintos observa-se também na cabana da Tapada da Ajuda, e na estrutura de maiores dimensões das duas, de plantas subcirculares, que foram identificadas no Monte de S. Domingos (Malpica do Tejo), embora os blocos tenham sido substituídos por pequenas lajes colocadas de cutelo, com enchimento intermédio (Fig. 10). Na estrutura de menores dimensões, com diâmetro interno pouco superior a 2,0 m, os ditos elementos, foram dispostos, em alguns casos, deitados no terreno, delimitando em qualquer caso um muro susceptível de suportar uma superestrutura em materiais perecíveis (Fig. 11); com efeito, o recinto de maiores dimensões, cujo diâmetro interno é de 3,40 m, apresenta na parte central um buraco de poste estruturado, sinal evidente da existência da referida cobertura de carácter perecível (Cardoso *et al.* 1998).

A habitação no Bronze Final passou por outras soluções construtivas. Numa das cabanas da Quinta da Pedreira (Abrantes), de planta provavelmente elíptica, detectaram-se estruturas de contenção «em rampa» tendo sido igualmente identificada uma unidade de habitação numa depressão previamente escavada (Félix 1997: 34; 2006: 77 e Est. III). Em outros contextos, como na Quinta Nova de Santo António (Cascais), já na confluência com o Atlântico, e a que não serão estranhas as condições geológicas locais, encontrou-se solução não muito distinta desta última, escavando-se a cabana, de planta subcircular, no substrato margoso (Neto *et al.* 2013).



Figura 8. Vista parcial de cabana da Tapada da Ajuda (foto J. L. C. 1987).

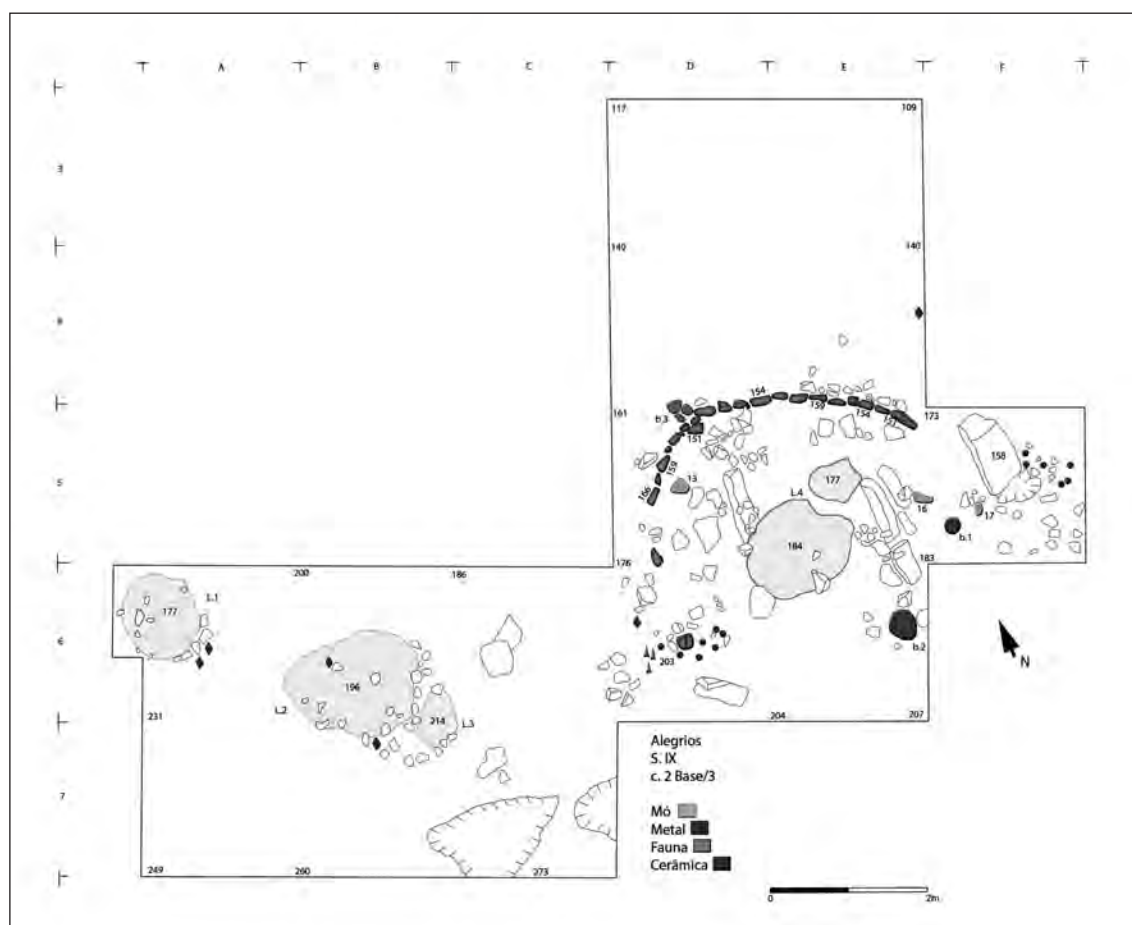


Figura 9. Lareiras e cabana definida por alinhamento pétreo dos Alegrios (in Vilaça 1995, Est. CLXXI, adaptado).



Figura 10. Cabana 1 do Monte de São Domingos (foto J. L. C. 1996).



Figura 11. Cabana 2 do Monte de São Domingos (foto J. L. C. 1996).

Na extremidade oposta do estuário, em Santa Sofia (Vila Franca de Xira), escavaram-se duas cabanas de tradição do Bronze Final, configurando uma estrutura em favo (Pimenta *et al.* 2013). A maior, de planta elipsoidal, possuía cerca de 4,0 m de eixo maior por 2,2 m de eixo menor, seguindo-se outra, com as dimensões de 2,6 m por 2,0 m e ainda uma última estrutura, com c. de 1 m de diâmetro, dimensão muito acanhada para cabana. É importante sublinhar que, nestes contextos habitacionais, se recolheram materiais do Bronze Final, associados a produções orientalizantes a torno, evidenciando um raro exemplo de interacção nesse curto momento de transição, que ascenderia, conforme as datações de radiocarbono realizadas, à segunda metade do século VIII a.C. ou ao século seguinte, portanto já de época posterior à que tratamos aqui, cultural e cronologicamente pertencente à I Idade do Ferro orientalizante.

Tal resultado comprova que a difusão das novas tecnologias de produção não terá sido instantânea à escala do tempo arqueológico, já que os primeiros contactos com populações fenícias ocidentais ascendem a finais do século IX a. C., de acordo com as datas obtidas no povoado de Almaraz para o início da Idade do Ferro na região do estuário do Tejo (Barros & Soares 2004) e, mais a montante, na Alcáçova do Castelo de Santarém (Arruda 2005).

Os pisos, quando se conservaram, revelam ser de terra batida ou de argila, embora se conheçam outras soluções, como o uso de pequenos seixos naturais para regularizar o solo em zonas de interstício onde falham as lajes naturais de granito, tal como vemos na Moirinha (Vilaça 1995: 267-268). Excepcionalmente, e decerto como forma de distinção social, ritual, funcional (?), recorreu-se à decoração de determinados

pavimentos, como revelou a Cachouça (Idanha-a-Nova), sítio também com ocupação de inícios da Idade do Ferro (Fig. 12) (Vilaça 2007a; 2013: 203).

As estruturas de combustão, com múltiplas características, são elementos recorrentes nos sítios escavados, encontrando-se no interior e no exterior das cabanas. A sua geometria repete a das próprias cabanas e materializa-se por placas de argila endurecidas que assentam sobre fragmentos cerâmicos (Fig. 13). Por vezes são delimitadas por coroas de pedra onde podemos encontrar elementos de mó incorporados, seja por reaproveitamento como material de construção, seja por motivação simbólica.

A lareira, foco de luz e calor, seria o cerne da «casa», constituindo o centro da vida diária e de sociabilidade das comunidades, pois é na sua periferia que se detectaram quase sempre sinais de diversas actividades: trituração de cereais, preparação e consumo de alimentos, tecelagem, trabalho do metal e, decerto também, áreas de descanso. Boa parte das vivências diárias se passaria à volta da lareira, a «alma física e simbólica» do espaço habitado, não sendo fácil identificar áreas funcionalmente autónomas. De importância estratégica deverá ter sido também o fogo como produtor de fumo que poderia funcionar como elemento de comunicação à distância entre povoados ou em relação a transeuntes (Vilaça 1995: 264; 2013a: 200).

A identificação de estruturas de armazenagem, aéreas ou de tipo fossa, não é comum. Mas elas não poderão ter deixado de existir, tal como sugerem as estruturas do tipo fossa do Cabeço do Mouro (Cascais) e da Quinta Nova de Santo António (Cascais) (Fig. 14), que vieram a ser utilizadas como locais de despejo (Cardoso 2006: 32; Neto *et al.* 2013: fig. 7-

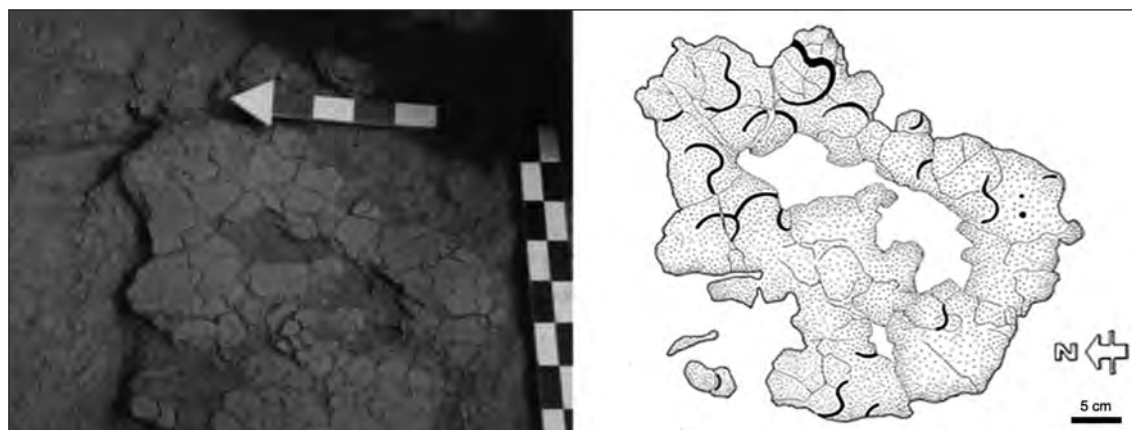


Figura 12. Pavimento de argila decorado com motivos subcirculares da Cachouça (in Vilaça 2013, Fig. 8).

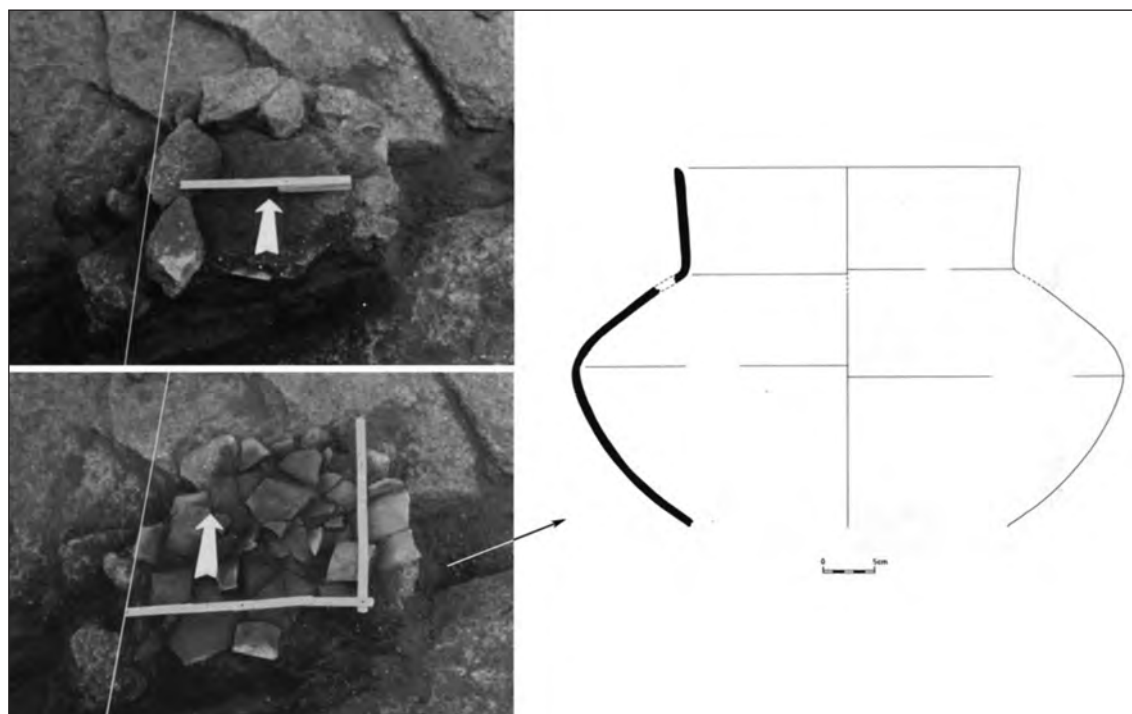


Figura 13. Estrutura de combustão da Moreirinha definida por círculo de pedras e lastro de argila assente em fragmentos cerâmicos de vaso bicônico, à direita (in Vilaça 2013, Fig. 9).



Figura 14. Estrutura de tipo fossa do Cabeço do Mouro (foto J. L. C. 2002).

10). Todavia, talvez se tenha privilegiado como solução para armazenar bens alimentares (sólidos e líquidos) o uso de grandes potes, alguns de elevada capacidade, entre 30 a 50 litros, podendo, excepcional-

mente, atingir cerca de 170 litros (Vilaça 1995: 289-299), como se observou no sítio ritual de Moita da Ladra 2 (Vila Franca de Xira) (Fig. 15) (Cardoso, 2013).

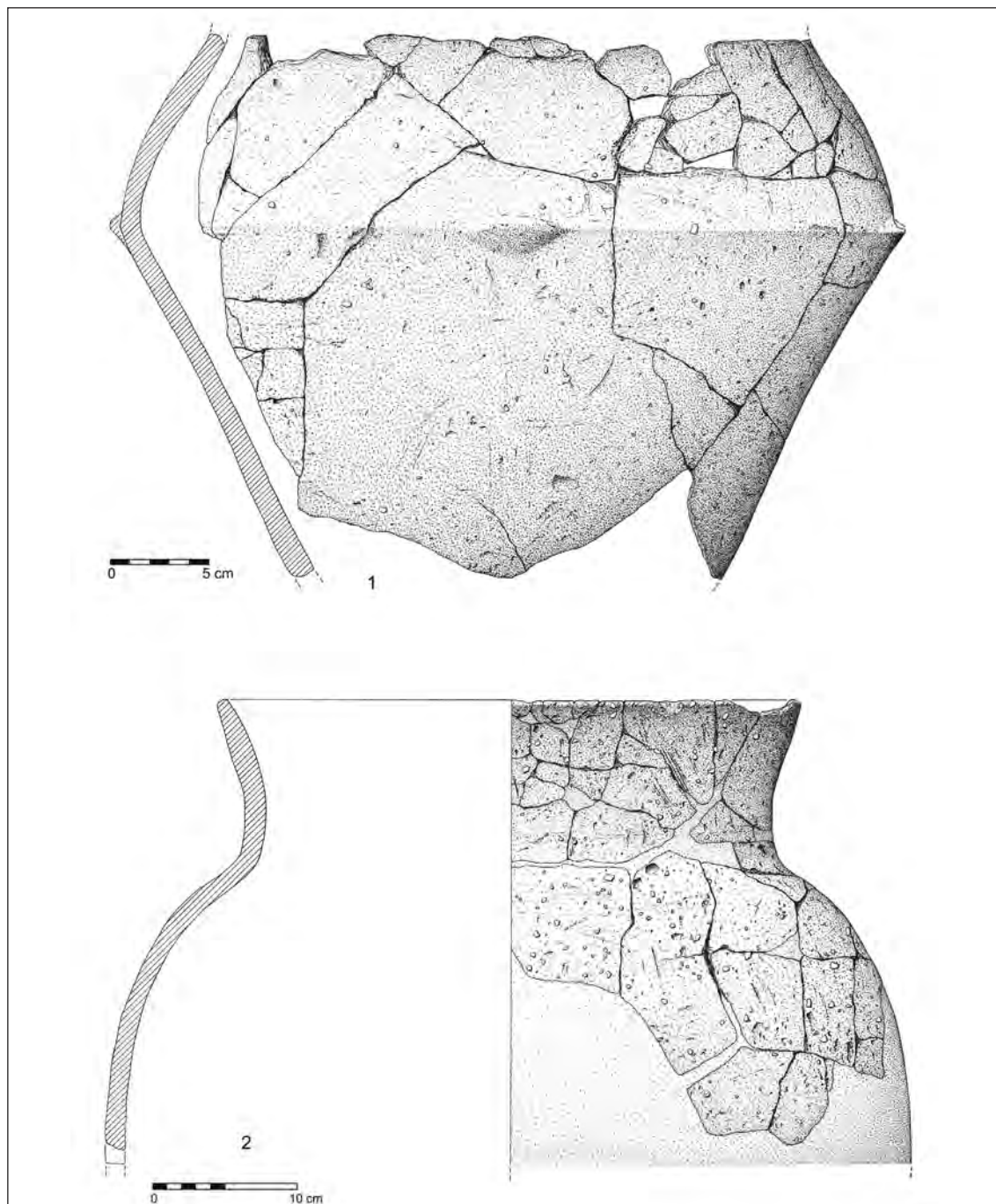


Figura 15. Grandes contentores reutilizados como embasamento de prolongadas combustões nos rituais identificados em um dos núcleos de Moita da Ladra 2 (in Cardoso 2013, Fig. 19).

Por conseguinte, é difícil encontrar espaços estruturados discretos, seja nas cabanas, que não têm áreas funcionais compartimentadas, seja em seu redor, onde parecem ter convivido, com base na distribuição espacial de materiais, distintas actividades produtivas, incluindo a tecelagem e a metalurgia, assunto a que voltaremos. Infelizmente, nunca se efectuaram em qualquer uma das situações, análises de sedimentos, o que poderia ajudar na identificação de outras áreas funcionais discretas que não se revelam explícita e materialmente.

Para além dos aspectos comentados, importa ainda ter presente, como assinalou P. Bourdieu (1977: 89-90), que a «casa», e muito em particular a «casa» nas sociedades da oralidade, sem escrita, ocupa um lugar central que ultrapassa a simples função de abrigar os elementos da comunidade.

### 3.1.2.2. *Muralhas, que muralhas?*

Entre os finais do 2.º e inícios do 1.º milénio a.C. observa-se inequívoco processo de atracção pela ocupação de sítios de altura – sem dúvida um dos outros elementos caracterizadores da época –, particularmente evidente se comparado com a fase anterior; porém, tal procedimento não implicou qualquer exigência de fortificação dos referidos sítios. Muitos deles, por natureza «fortificados» por encostas abruptas, mesmo inexpugnáveis, dispensariam tais construções.

Por outro lado, como já foi sublinhado, pode induzir-se em erro quando se recorre, por vezes, a expressões como «muralha» e «fortificação» para identificar construções que, pelo seu tipo construtivo muito elementar, ou pela localização topográfica, poderão ter tido mera função delimitativa ou divisória do espaço, ou, tão-só, de sustentação de terras (Vilaça 1995: 257).

Sem atender por ora à problemática dos potenciais significados e funcionalidades de uma muralha, como elemento defensivo, de ostentação, de cariz identitário, de natureza político-administrativa, ou tudo isso simultaneamente (?), se se entender por povoado fortificado ou muralhado um local habitado provido de construções artificiais minimamente consistentes e divisórias do espaço, entre um interior e um exterior, tendo em vista providenciar a respectiva defesa daquele, não é fácil apontar de modo inequívoco exemplos concretos de tais ocorrências, na área que nos interessa.

Por outras palavras e em termos interrogativos, que povoados fortificados do Bronze Final encontramos na linha do Tejo português?

Destacá-riamos, não só porque parece ter sido confirmado, mas também pelo modo de construção peculiar que oferece, o caso do Alto do Castelo (Alpiarça), na transição do Médio para o Baixo Tejo. Na parte mais setentrional da estação, tinha sido já detectada por Gustavo Marques (Marques 1972: 7-8) uma muralha interior, em terra, a que foi possível associar um fosso no decurso de escavações, remetendo ambos para cronologia do Bronze Final (Fig. 16) (Kalb & Höck 1987: 51-52; 1988: 195). Alguns materiais poderiam correlacionar-se com essa ocupação. A cronologia desta muralha é relevante. Na realidade, são vários os povoados que as possuem, mas ignora-se muitas vezes a sua cronologia construtiva, já que a ocupação de determinados sítios, ao ter-se prolongado pela Idade do Ferro, deixa em aberto a hipótese dos amuralhamentos serem mais modernos.

No Alto Tejo, essa situação poderia reportar-se ao Monte de São Martinho, onde Francisco Tavares Proença terá identificado muralha e fosso (Proença 1910: 40-41; Vilaça 2004). Mas onde está e de que época é? E as muralhas do Monte do Castelo em Monforte da Beira (Castelo Branco) (Canas 1999) deverão correlacionar-se com a ocupação do Bronze Final ou com a da Idade do Ferro?

Mais para o interior, verificou-se que nos sítios do Bronze Final analisados por um de nós na Plataforma de Castelo Branco, o amuralhamento de povoados alcantilados não parece ter sido a regra, antes um epifenómeno (Vilaça 1995: 258; 2013 a: 197). Mesmo o muro de perfil sinuoso que corta parcialmente a plataforma de topo da Moreirinha, com pedras a seco assentes directamente no afloramento de base, atingindo cerca de 8,5 m de comprimento e que terminava abruptamente, foi considerado como estrutura de delimitação da área de carácter doméstico, intensamente ocupada, com lareiras, pisos, solos e distribuição de material, total ou parcialmente coberta (Vilaça 1995: 214, 230). A excepção encontra-se na muralha de pedra solta que delimita a sul o topo do morro do Monte do Trigo (Idanha-a-Nova), sítio entretanto escavado mas com dados ainda por publicar (Vilaça & Cristóvão 1995). Muito diferente é o caso da Cachouça, embora já de inícios da Idade do Ferro, que não tem muralha num sentido defensivo mas recinto, definido por talude sub-elíptico (39 por 26 m) que delimitou espaço de c. de 900 m<sup>2</sup> (Vilaça 2007a).

No Médio Tejo, a informação sobre muralhas é mais abundante mas com outras fragilidades, nomeadamente quanto às respectivas cronologias, sendo de relevar, contudo, síntese recente onde se sistemati-

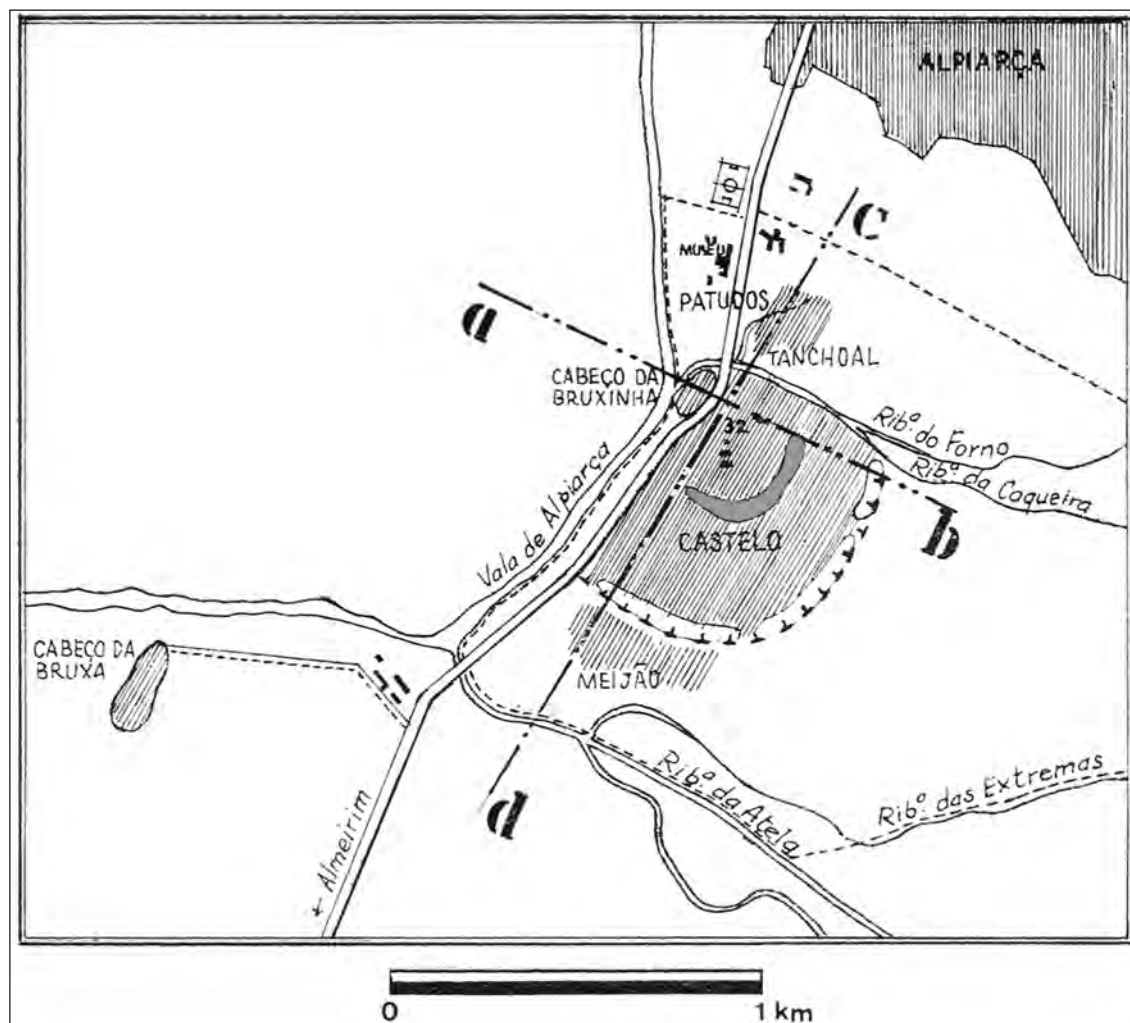


Figura 16. Alto do Castelo, Alpiarça com sinalização do talude do Bronze Final (in Marques 1972, adaptado).

zam «povoados amuralhados de altura» e «recintos de altura amuralhados», todavia sem se fundamentar tal distinção (Delfino *et al.* 2014: 193). Neste mesmo trabalho algumas informações prestam-se a confusão, sendo listado como povoado de altura muralhado da Idade do Bronze o Castelo da Cabeça das Mós (Sardoal) (Delfino *et al.* 2014: 157 e fig. 6) que, de facto, possui uma linha de muralha, mas que o responsável das escavações em momento algum refere ser dessa época, afirmando, pelo contrário, que «Castelo represents an Early Iron Age foundation» (Félix *et al.* 2005: 120; Félix 2006: 81).

No Castelo Velho do Caratão (Mação) as escavações dos anos 80 do século xx, realizadas por Thomas Bubner e M. A. Horta Pereira Bubner, cujos resultados, não foram publicados, mas se encontram

em curso de revisão, terão posto à vista dois lanços de muralhas paralelas de pedra seca, a mais interna com suposto contraforte semi-circular (Delfino *et al.* 2013: 184; Delfino *et al.* 2014: 167).

No Castelo de Abrantes, as escavações em curso, da responsabilidade de Davide Delfino, levaram à identificação de provável muralha de pedra seca (Delfino *et al.* 2014: 159 e fig. 7), mas, a confirmar-se a existência da mesma (a área aberta é ainda muito limitada), importa também perguntar com que ocupação se articula. Com a do Bronze Final ou com a dos «fragmentos de cerâmica a torno de produção fenícia» (Cruz *et al.* 2015: 20)?

No Castelo Velho da Zimbreira (Envendos, Mação), com ocupação do Bronze Final e da Idade do Ferro, também em curso de escavação por aquele

colega, os dados consubstanciam-se em duas linhas de muralhas que delimitam parcialmente o cabeço, tendo sido obtida datação de C14 (BETA 379735: 2590±30 BP) de um nível estéril com carvões subjacente à segunda linha muralhada (Delfino *et al.* 2014: 171-173). Estes resultados remetem igualmente para os inícios da Idade do Ferro, em sintonia com os obtidos para a I Idade do Ferro de Santarém (Arruda 1999-2000: 217).

Para o Baixo Tejo repetem-se as interrogações sobre a eventual existência de muralhas no Bronze Final. Estarão presentes no Castelo da Amoreira (Loures) e na Penha Verde (Sintra)? No que se refere ao primeiro daqueles sítios, apesar da sua assinalável extensão, não foi até agora reconhecida a presença de qualquer dispositivo defensivo, o que se poderá ficar a dever ao estado de avançada degradação daquele povoado de altura, infelizmente pouco e esporadicamente investigado (Boaventura *et al.* 2013). Já no respeitante ao sítio de altura da Penha Verde, a sua ocupação no Bronze Final configura mais um sítio especializado (Cardoso 2010-2011 a), do que um povoado de altura, podendo a muralha ali identificada reportar-se com muito maior segurança à importante ocupação calcolítica ali existente (Cardoso 2010-2011 b).

Com todos estes dados, uns mais seguros do que outros, parece ser possível defender a ideia de que, ao longo do Tejo, o investimento mobilizado para a construção de muralhas ou de fortificações em povoados do Bronze Final foi diminuto em termos de mão-de-obra e de materiais de construção, dispensando sempre qualquer planificação arquitectónica, susceptível de ser observada noutras áreas do território português.

Baseamo-nos em quatro ordens de razões para defender esta perspectiva. Uma advém do facto de os alinhamentos utilizarem elementos em bruto ou escassamente desbastados, de dimensão variável, sempre constituídos por aparelho de pedra seca. Outra assenta na adopção de técnica mista construtiva, que incorpora os próprios afloramentos rochosos existentes, poupando-se igualmente tempo e material de construção, o que se explica em parte pela natureza da implantação, em altos onde os afloramentos dominam. A terceira, que decorre da anterior, traduz-se na definição de percursos muralhados algo sinuosos na medida em que são condicionados por obstáculos naturais. Finalmente, a arquitectura defensiva encontra ainda as suas limitações em termos espaciais, uma vez que a própria dimensão dos sítios parece ter sido modesta, na ordem de um, dois, raramente mais hectares.

Não é fácil estimar a dimensão das áreas dos povoados, quando não dispomos de elementos construídos definidores do seu traçado. Os cálculos que podemos fazer resultam sobretudo da configuração do terreno, quer dizer, das condições naturais dos sítios escolhidos, respeitantes a povoados implantados em lugares de destaque visual, alguns dos quais com forte impacto na paisagem, não raras vezes reforçado pela presença de grandes afloramentos rochosos. A dimensão desses sítios não se limita, assim, à de um espaço simplesmente ocupado, consubstanciando-se, também, no lugar em si e suas características. Essa seria também a dimensão identitária e de referência das comunidades que os habitavam, ou que se distribuíam em seu redor.

### 3.2. PRÁTICAS FUNERÁRIAS E CULTUAIS

O Bronze Final da região do Tejo português tem revelado informação de muito interesse, configurando outrossim situações muito diversas, e por isso mesmo plenas de significado para o conhecimento das práticas funerárias e culturais ainda que, comparativamente aos espaços dos vivos, sejam numericamente bem mais limitadas.

Ao separar os espaços domésticos dos rituais ou funerários, temos presente o paradigma religioso de raiz cristã ocidental, com limitações óbvias a nível heurístico quando nos aproximamos de comunidades pré e proto-históricas. É bem sabido que muitas delas nem sempre compartimentaram conceptual e materialmente o espaço desse modo e que a manipulação dos corpos foi igualmente prática conhecida, por exemplo, com a incorporação de restos humanos em estruturas e espaços de vivos.

Mencione-se, a propósito desta partilha de espaços, a sepultura identificada no povoado do Alto do Castelo, se bem que já da I Idade do Ferro (Kalb & Höck 1988: 195), recentemente valorizada (Arruda *et al.* 2014). Este caso é tanto mais significativo porquanto parece traduzir importante ruptura com as práticas locais das comunidades do Bronze Final no seu relacionamento com o espaço e que sugere, nalguns casos, exactamente o contrário: um modelo dual de povoado-necrópoles, a que voltaremos.

Relação ainda mais próxima entre vivos e mortos evidenciou-se na cabana de maiores dimensões do Bronze Final do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo), a que anteriormente já se fez referência (Cardoso *et al.* 1998). No chão da mesma, perto de buraco de poste estruturado, foi identificado um

empedrado de pequenos blocos de quartzo, o qual tapava a boca de um recipiente com o bordo já muito esborado, indício de ter sido reaproveitado como contentor de ossos, os quais se apresentavam muito calcinados, reduzidos a pequenas esquirolas, correspondentes a uma sepultura de incineração. Dos produtos resultantes da combustão, encontravam-se ausentes quaisquer dentes, indício que apenas os restos de maiores dimensões foram recolhidos de entre as cinzas, transformados em porções mais pequenas aquando da introdução na urna. Trata-se de um notável e raro exemplo desta modalidade funerária, cujas características – incineração e contenção em urna – induzem a admitir conotações continentais europeias, de que os campos de urnas da mesma época da Catalunha constituem referencial a reter, embora aqui os espaços funerários se encontrem bem dissociados dos habitados.

Também na Cachouça considerou-se admissível a existência de contexto de eventual cariz funerário, com cronologia entre o Bronze e o Ferro (Vilaça 2007 a: 69). Depositado intencionalmente na base do talude que define o recinto encontrava-se um vaso com a particularidade de possuir orifício na base efectuado pós-cozedura, pormenor comum em urnas funerárias (Vilaça & Cruz 1999: 87, nota 33). Este dado é particularmente sugestivo se o cruzarmos ainda com a informação obtida relativa aos sedimentos encontrados no seu interior, que acusaram teores anormais de fósforo e de manganês, indicativos de matéria orgânica, mas cuja origem pode ser diversa (Vilaça 2007 a: 69).

A ter em consideração é ainda a informação de que teria aparecido um depósito funerário com cinzas nas escavações de 1983 de Castelo Velho do Caratão, configurando outra ocorrência deste tipo em contexto habitacional (Delfino *et al.* 2014: 167).

Assim, pode concluir-se que, exceptuando a informação recolhida no Monte de São Domingos, os restantes registos são, neste momento, de interesse relativo, ou porque nem sempre se afiguram absolutamente consistentes, ou porque são já algo tardios relativamente ao período fulcral em que se centra este contributo. Mas são sintomáticos da proximidade existente entre vivos e mortos.

Esta discriminação positiva não deverá, porém, anular outras hipóteses de rituais funerários, com ou sem a manipulação do fogo, que não deixaram vestígios materiais concretos. Referimo-nos a corpos cremados em espaços a céu aberto, cujas cinzas eram deixadas *in situ*, ou espalhadas na terra e, eventualmente, na água; e às práticas de expor os corpos em

espaços ao ar livre, também designados por «túmulos-plataforma» ou «*air-burials*», as quais favoreciam o seu retorno à natureza (Fahlander e Oestgaard 2008: 6; Vilaça 1999; 2014: 133; Vilaça & Cruz 1999: 76).

Por isso só foi possível reunir as informações com base nas evidências materiais, mais ou menos explícitas. Como referimos, é a incineração que dá maior visibilidade à componente funerária na linha do Tejo (Fig. 17), pois apenas em duas situações, circunscritas ao Baixo Tejo ou áreas periféricas, a prática adoptada foi a da inumação, sendo que tal prática foi apenas plenamente confirmada numa delas. Trata-se de uma sepultura, revelada durante trabalhos efectuados numa pedreira, dada a conhecer por Gabriel Pereira (Pereira 1896: 77), da qual proviria o colar de ouro do Casal de Santo Amaro (Sintra). Conforme foi já referido (Vilaça & Cruz, 1999: 81; Cardoso 1999-2000: 387; Vilaça no prelo), também Leite de Vasconcelos se refere à peça e aos ossos humanos encontrados junto, que estavam dentro de «um espaço formado por duas bancadas de calcário e coberto por lajes toscas» (Vasconcelos 1896: 20-21). Estas informações não só parecem ser explícitas quanto à associação dos restos humanos ao colar, como parecem indicar um espaço funerário discreto de enterramento. Faz também algum sentido pensar na possibilidade de ali existir uma necrópole, uma vez que «a uns 100 metros de distância apareceram mais ossadas» (Vasconcelos 1896: 21).

O segundo caso corresponde ao duplo sepultamento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (Fig. 18) o qual encontra o seu melhor paralelo no *tholos* do Malhanito (Alcoutim) (Cardoso 2005), correspondente a um reaproveitamento no Bronze Final de uma sepultura calcolítica.

Os dados disponíveis parecem indicar que, no Bronze Final, e separados por curto intervalo de tempo, conforme as datações de radiocarbono obtidas (Vilaça & Cunha 2005), dois indivíduos adultos e do sexo masculino (Fig. 19), pertencentes ao segmento mais destacado da comunidade a que se encontravam associados, foram tumulados na câmara de uma estrutura que, arquitectonicamente, corresponde a *tholos* calcolítica de falsa cúpula (Cardoso 2000; Cardoso 2005), embora os responsáveis da escavação tenham considerado a construção do Bronze Recente, face ao espólio nela encontrado (Spindler *et al.* 1973-1974: 149).

Por conseguinte, o bi-ritualismo funerário (convivência entre as práticas de incineração e de inumação) é um outro elemento caracterizador do Bronze Final

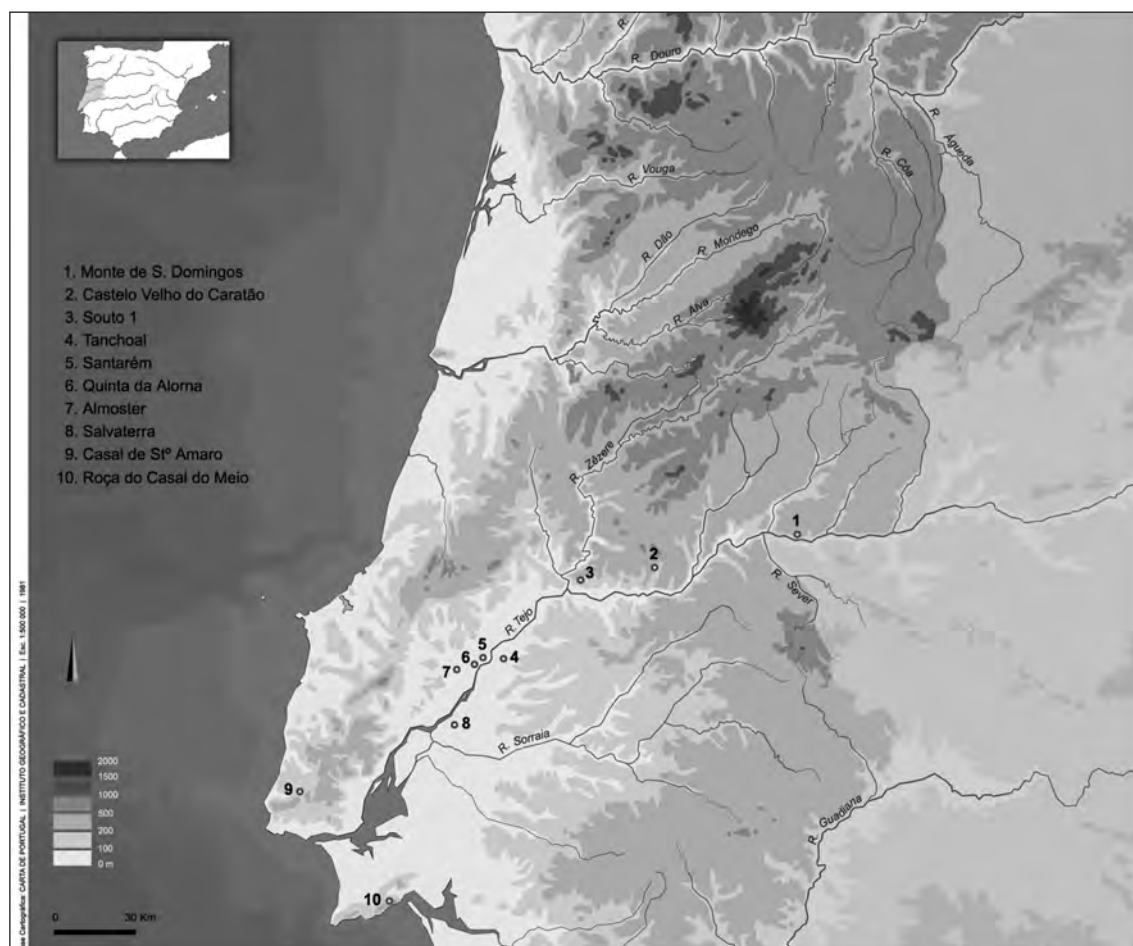


Figura 17. Contextos funerários com particular registo de incinerações na linha do Tejo português (in Vilaça 2014, Fig. 11-6, adaptado).

do Tejo, situação a que não serão estranhos nem o tempo — de contactos, em que circularam pessoas, artefactos e ideias —, nem o espaço — um eixo fluvial que aproximou regiões culturalmente distintas. Mas, como sublinhámos, sem dúvida que são as incinerações uma das marcas da morte no Tejo e, importa também recordá-lo, pautadas por situações bem distintas de caso para caso (Vilaça 2014: 131).

Continuando o percurso pelo Tejo acima, chega-se à região de Alpiarça onde encontramos importantes testemunhos funerários de incineração, em regra referidos na bibliografia como «Campos de urnas de Alpiarça», desde os primeiros achados ocorridos em 1916 (principal bibliografia recolhida em Vilaça *et al.* 1999).

Trata-se, como é sabido, das necrópoles polinucleadas do Tanchoal (Fig. 20 e 21), Meijão e Cabeço da Bruxa (Corrêa, 1936; Kalb & Höck 1981-1982),

situadas na área mais imediata do povoado principal, o Alto do Castelo. Como já antes referimos, esta organização espacial define um modelo dual de povoado-necrópoles, sem paralelo na época e região. Não obstante a baixa altitude do povoado, ele é dominador face à planície e suaves encostas ocupadas pelas necrópoles.

A forma como se estruturava internamente o espaço das distintas necrópoles, bem como cada tumulação em si, com urnas contendo restos humanos calcinados, é quase desconhecida, muito em particular nas duas primeiras necrópoles. Em associação havia braceletes metálicos, mas ignora-se como era feita a deposição das urnas (pousadas, depositadas em fossas, estruturadas com pedras, com materiais só no interior ou também depositados à volta, etc.?).

São múltiplas as questões em aberto, mas é óbvio que estamos perante situação não só completamente



Figura 18. *Tholos* da Roça do Casal do Meio (foto arquivo O. da Veiga Ferreira/J. L. C. 1972).



Figura 19. Vista parcial da câmara da Roça do Casal do Meio com inumação em deposição de decúbito lateral (foto arquivo O. da Veiga Ferreira/J. L. C. 1972).



Figura 20. Vista actual da necrópole do Tanchoal, Alpiarça em suave encosta de terrenos arenosos (foto Vilaça 2015).

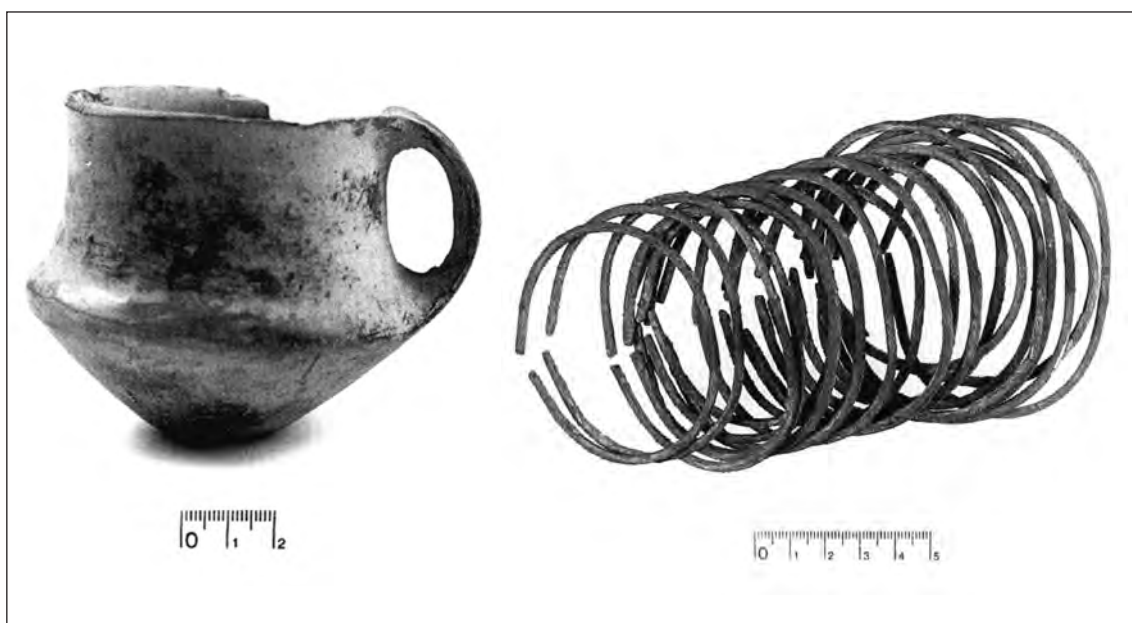


Figura 21. Urna e braceletes de bronze do Tanchoal (foto de A. Roldão, in Vilaça *et al.* 1999).

distinta das já referidas, sobretudo em termos construtivos e de organização espacial dos depósitos mortuários.

Para além de todos estes sítios de índole funerária, com dados objectivos, minimamente seguros, ou bem conhecidos, outros indicadores, infelizmente difusos, poderão, como hipótese de trabalho, ser associados à problemática da morte em finais da Idade do Bronze na linha do Tejo (Vilaça 2014: 132).

Referimo-nos a presumíveis deposições funerárias relacionadas com práticas de incineração na Quinta da Alorna (Almeirim), onde se recolheu vaso carenado com asa em circunstâncias de achado desconhecidas (Schubart 1971: 166); em Salvaterra de Magos, onde se registou necrópole (Savory 1951: 375) e se recolheu pequeno vaso (Fig. 22); em Almoester, também provável necrópole, de que se conhece vaso completo de colo cilíndrico e perfil biconico (Savory 1951: 375; Spindler *et al.* 1973-74: 129), com a particularidade de o mesmo possuir vestígios de perfuração pós-cozedura a meio da pança (Vilaça & Cruz 1999: nota 33); em Santarém (sem precisão do local), referido como necrópole, de onde se conhecem recipientes com carena e colos elevados, com asa (Savory 1951: 375; Spindler *et al.* 1973-74: 144) (Fig. 23).

A relacionar-se com necrópole, seria tentador associar o referido vaso de Almoester, de maiores dimensões que os restantes, com a existência de dois colares martelados lisos, do Bronze Final, recolhidos em Boa-Vista, perto daquela localidade, e conservados desde pelo menos 1906 no Museu Nacional de Arqueologia (Armbruster & Parreira 1993: 70-71), já que a primeira notícia daqueles é devida ao mesmo personagem, designado por «F., inicial do apelido de um distinto oficial de artilharia» (Vasconcelos

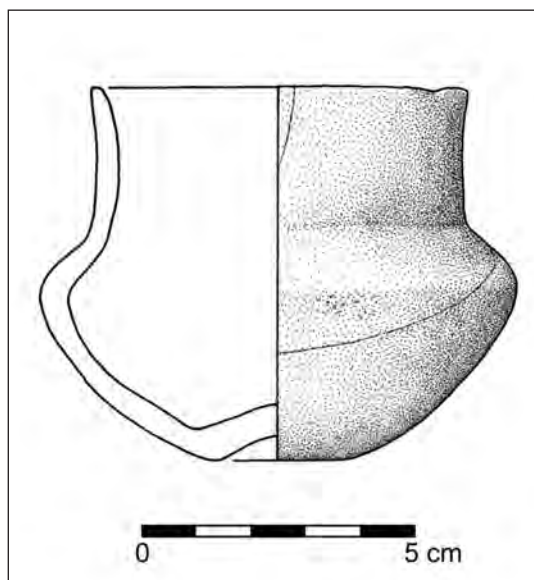


Figura 22. Recipiente de Salvaterra de Magos (desenho de H. Figueiredo).

1896: 21), por certo o «Major Figueiredo», associado à oferta ao Museu, na mesma época, dos três vasos de Santarém acima referidos, bem como do vaso de Almoester.

É certo que estas informações, na sua esmagadora maioria, são pouco precisas, mas a concentração geográfica dos achados e sua proximidade a Alpiarça deverá ter algum significado que importaria aprofundar.

Avançando para montante, chega-se à região de Abrantes. Trabalhos realizados nos últimos anos revelaram dados também muito interessantes, concretamente os do monumento de Souto 1 (Bioucas, Souto, Abrantes), pequeno *tumulus* de 6 m de diâmetro e com c. 0,50 m de altura constituído por seixos

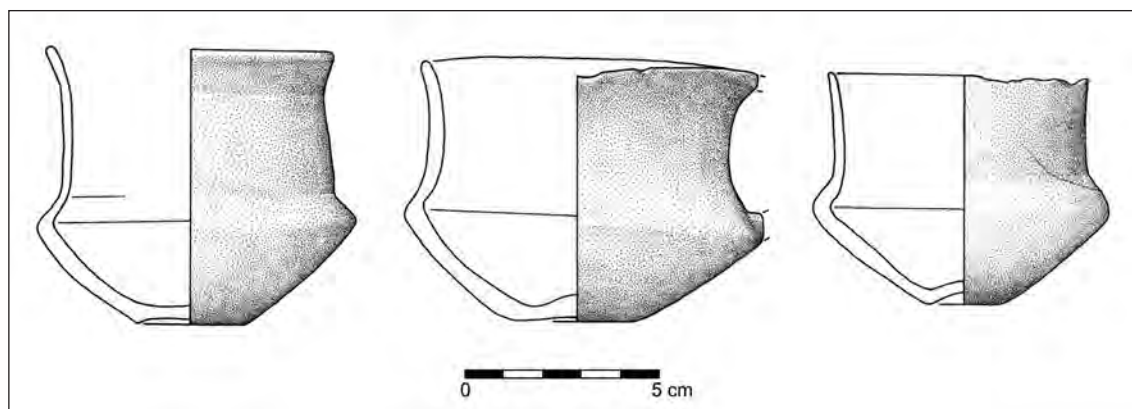


Figura 23. Recipientes atribuídos a Santarém (desenho de H. Figueiredo).

(Cruz *et al.* 2011). Na área central foi depositada em covacho uma urna com restos ósseos resultantes de incineração, bem como múltiplos fragmentos metálicos (de objecto(s) não identificado(s)) talvez queimados com o corpo, no interior da qual se encontrava um segundo recipiente com cinzas e restos humanos, para além de outros elementos orgânicos como sementes. Este monumento faz parte de necrópole com 8 pequenos *tumuli*, 5 dos quais foram intervenccionados, correspondendo a uma concepção organizacional e de apropriação do espaço com longa e remota tradição na Idade do Bronze do Centro de Portugal (Vilaça 2014). Souto 1 é, a esse título, particularmente revelador dos tempos, na medida em que incorpora a novidade, expressa na incineração em urna, sem renegar a tradição, que permanece na discreta construção da pequena mamoa, marca da ancestralidade de paisagens tumulares.

Independentemente das particularidades dos casos comentados, desde a forma como se implantaram e materializaram no espaço, com ou sem marcadores de referência, ao tipo de estruturas e deposição dos restos cremados, associados ou não a materiais, encontra-se um denominador comum nestas práticas funerárias do Bronze Final: a recolha em recipiente cerâmico dos restos cremados (só ossos ou ossos e materiais metálicos), que se afirma na viragem do milénio, não só na linha do Tejo mas também com outros registos no Centro do território português (Vilaça 2014).

Todavia, o vale do Tejo parece ter sido região privilegiada neste domínio e, como já se disse a propósito da tumulação do Monte de São Domingos, corresponderá a uma das potenciais vias (Pellicer Catalán 2008), neste caso continental, de transmissão desse novo ritual que, não sendo completamente inédito no Ocidente peninsular em épocas anteriores, adquire indiscutível visibilidade e significado na viragem do 2.º para o 1.º milénio a. C.

Apesar do denominador comum da incineração como prática funerária, os contextos são bem distintos, retratando também o papel criador das diversas comunidades. Outras pautaram os seus rituais recorrendo à inumação (caso da Roça do Casal do Meio), deixando em aberto os significados desse bi-ritualismo que também é marca do tempo e da região. Todas elas dispensaram as armas como materiais necessários e significantes no acompanhamento dos mortos. Dados cronológicos, incluindo datações absolutas (Fig. 24), confirmam, de modo inequívoco, a contemporaneidade e a adopção de tais práticas entre meados do séc. XI a. C. e inícios do séc. IX a. C., ou seja, imediatamente antes da presença fenícia no Baixo Tejo (Vilaça *et al.* 1999; Vilaça & Cunha 2005; Cruz 2011: 146).

Situação totalmente distinta, por ora sem paralelo, que a arqueologia do Bronze Final do Tejo revelou recentemente, é o depósito votivo de Moita da Ladra 2 (Vila Franca de Xira). Tal depósito é constituído por dois núcleos de características distintas, afastados

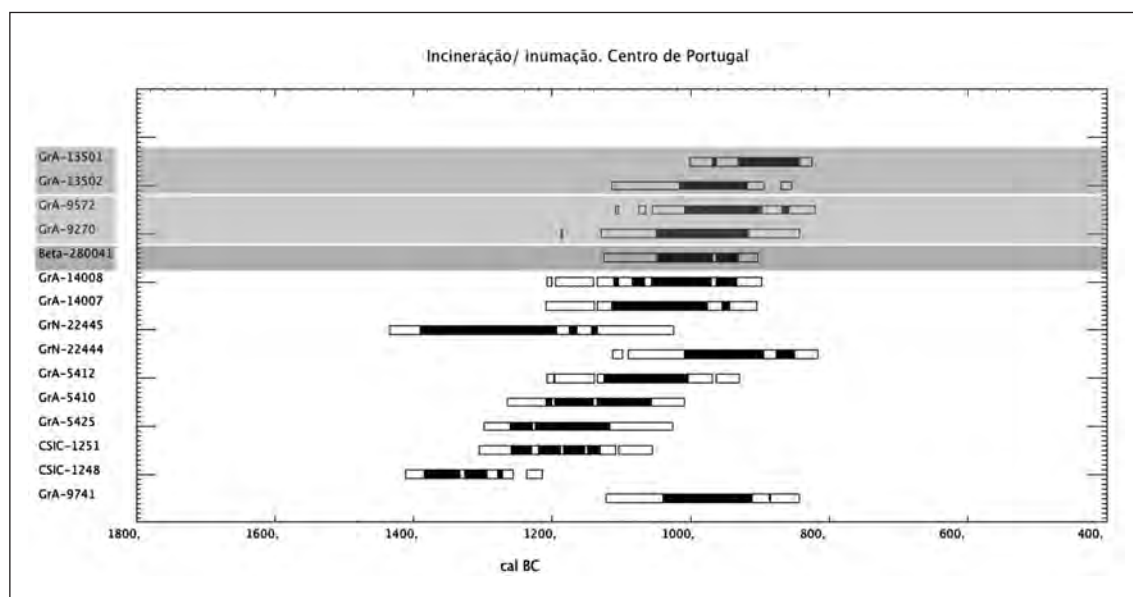


Figura 24. Datações para as inumações e incinerações do Bronze Final do Tejo português (in Vilaça 2015, Fig. 12, adaptado).

entre si escassas dezenas de metros. O núcleo de maiores dimensões é constituído por um depósito votivo com uma área aproximada de 4,0 por 3,0 m e profundidade máxima de 0,70 m (Fig. 25), integrando cerca de 50 vasos, associados a intensas combustões e a deposições de partes de animais conservando em parte as conexões anatómicas, a par de outras oferendas, como alfinetes, fíbulas e argolas de bronze (Monteiro & Pereira 2013). A tipologia dos vasos aponta claramente para o Bronze Final, reforçada pela fíbula, do tipo Ponte 1 A (Ponte 2006), situável no século XIX a. C. Esta cronologia foi ulteriormente posta em causa pela datação pelo radiocarbono, que indicou ter o depósito sido formado no decurso do século VIII a. C. (Valério *et al.* 2015); neste caso, seria coevo dos primórdios da presença fenícia em zonas adjacentes do estuário, embora entre o espólio não se reconheça nenhum indício concreto desta presença. Na verdade, todas as produções são características exclusivamente do Bronze Final, o que leva a encarar aquele resultado com as necessárias reservas.

Tudo indica tratar-se de espaço onde seriam depositados os despojos das cerimónias comunitárias realizadas no povoado, situado a curta distância, na encosta a montante, envolvendo, eventualmente, o consumo de animais, ou simplesmente a oferenda de partes dos mesmos. Com efeito, a escassas dezenas de metros deste depósito, identificaram-se diversos covachos, pouco profundos, abertos nos calcários muito alterados pelo metamorfismo de contacto resultante da instalação de chaminé vulcânica onde se implantou povoado fortificado calcolítico, Moita da Ladra 1 (Cardoso 2013). A base dessas depressões encontrava-se revestida por fragmentos de grandes recipientes (Fig. 26), sobre os quais se produziu fogo



Figura 25. Área do depósito votivo de Moita da Ladra 2 (in Monteiro & Pereira 2013, Fig. 11).



Figura 26. Detalhe de um dos depósitos rituais de grandes recipientes de Moita da Ladra 2 (in Cardoso 2013, Fig. 9).

intenso, como comprova a presença de ossos de animais incarbonizados (Cardoso 2013). Esta realidade sugere incineração *in situ*, sendo tais conjuntos cobertos nalguns casos por recipientes inteiros. Deste modo, este poderia ser o espaço onde se praticavam as cerimónias dedicadas à divindade, enquanto que, no local anteriormente referido, se efectuava o depósito dos despojos resultantes daquelas sucessivas práticas rituais, dando origem a uma acumulação do tipo *bothros*, por certo formada em curto período de tempo.

#### 4. ECONOMIA E SOCIEDADE

##### 4.1. ACTIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA

Os povoados e as necrópoles comentados articulam-se com comunidades que adoptaram diferentes estratégias de ocupação do espaço e de exploração dos recursos. Como vimos, ao nível da implantação dos sítios habitados a variabilidade é assinalável, entre os que privilegiaram lugares de altura com condições ambientais mais favoráveis a práticas pastoris, e os que, sendo de baixa altitude ou ocupando

pequenas colinas em vales férteis, expressariam maior predisposição para a exploração agrícola (sem esquecer a componente pastoril) do território.

Independentemente das especificidades locais, a economia de subsistência baseava-se em actividades agro-pastoris de espectro diversificado conforme revelam os dados conhecidos, quer para a foz do Tejo, quer para a zona do Alto Tejo (Antunes 1992; Cardoso *et al.* 1986; Cardoso 2006; Vilaça 1995). Para o Médio Tejo não existem informações sobre a alimentação durante o Bronze Final.<sup>3</sup>

Praticamente omissos são os elementos que nos permitem configurar a relação do espaço habitado com o que era explorado e, neste, como era efectuada a sua organização, a forma dos campos, das parcelas cultivadas, dos pastos, dos bosques.

Destaca-se a produção cerealífera, particularmente importante em núcleos de povoamento implantados em áreas de elevada fertilidade como os que caracterizam a região do Baixo Tejo, como atrás se referiu, de que dão conta as muitas centenas de elementos denticulados de foices, de que o povoado da Tapada da Ajuda (Fig. 27) é o melhor exemplo (Cardoso *et al.* 1986; Cardoso 1995 a). Nos «casais agrícolas» e sítios idênticos utilizava-se ainda outro tipo de foices, em bronze, que também poderiam ser produzidas localmente, como em Rocanes (Sintra), onde se encontrou molde (Fig. 28) (Cardoso 2002, Fig. 287), ou na Quinta de Vale do Zebro (Rio de Moinhos), estação implantada em fértil vale, onde se recolheu igualmente foice de bronze (Silva *et al.* 1999).

Em todos os tipos de povoados é recorrente a presença de número assinalável de elementos de moagem, inclusive nos que ocupam áreas inóspitas e de reduzida potencialidade agrícola, como o Monte do Frade, Alegrios, Moreirinha, ou Monte do Trigo onde o consumo de cereais e leguminosas (*Triticum* sp., *Hordeum vulgare* L., *Vicia* sp. / *Pisum* sp.) está comprovado, nomeadamente através de impressões de macro-restos vegetais em cerâmicas (Vilaça *et al.* 2004).

O consumo de animais privilegiou declaradamente as espécies domesticadas como os suínos, os ovinos, caprinos e bovinos, ocupando a caça, em

que domina o veado, um lugar marginal (Antunes 1992; Cardoso 1996). Por sua vez, a presença de canídeos manifesta-se, ou em restos recuperados, como na Tapada da Ajuda (dados não publicados), ou indirectamente, através de marcas de mordidas deixadas em restos consumidos de outras faunas (Antunes 1992) ou ainda, iconograficamente, em cenas cinegéticas, como se pode observar no conhecido «menir» do Monte de São Martinho (Castelo Branco).

No estuário do Tejo, onde a recollecção não oferecia problemas, está presente fauna malacológica, por vezes em grande quantidade, com nítido predomínio da ostra, na Tapada da Ajuda (Cardoso *et al.*, 1986) ou do mexilhão, colectado no litoral rochoso atlântico adjacente, que se consumiu no Cabeço do Mouro (Cardoso 2006: 44).

Por conseguinte, temos economias basicamente camponesas onde a actividade agro-pastoril e de recollecção se cruzaria, ao ritmo do tempo cíclico, com outras tarefas, como a cerâmica, a tecelagem, a metalurgia, todas elas pautadas por produções de escala modesta.

#### 4.2. AS CERÂMICAS

Não é objectivo deste estudo desenvolver síntese que atenda aos inúmeros aspectos caracterizadores das cerâmicas do Bronze Final do vale do Tejo, envolvendo a sua produção, uso, circulação, deposição, reciclagem e simbolismo. Nessa medida, serão abordadas apenas duas vertentes, uma relativa às produções consideradas características da região, a outra respeitante às que, não o sendo, permitem delinear elos de contacto com outras regiões.

No tocante às produções que não são características do vale do Tejo, e sem entrar na discussão do complexo problema de saber se essas cerâmicas são reais importações ou imitações regionais, importa sublinhar que elas apontam, pelo menos, para a existência de contactos proporcionados e potenciados pelo vale do Tejo.

De entre as cerâmicas manifestamente exógenas em termos estilísticos encontramos três «mundos» distintos que, todavia, oferecem uma distribuição muito heterogénea ao longo do Tejo, sendo necessário, mais uma vez, um desvio do seu curso na região interior para as encontrar: registam-se cerâmicas de «tipo Baiões», de «tipo Cogotas» e de «tipo Carambolo». Como é bem sabido, a cada um destes conjuntos tipológicos correspondem territórios estilísticos

<sup>3</sup> Todavia, no Simpósio mencionado na nota 2 foi referido na comunicação «Um povoado no Bronze Final: Castelo Velho do Caratão», apresentada por Thomas Bubner e Maria Amélia Horta Pereira, o achado de ossos (não identificados) nas escavações daquele povoado.

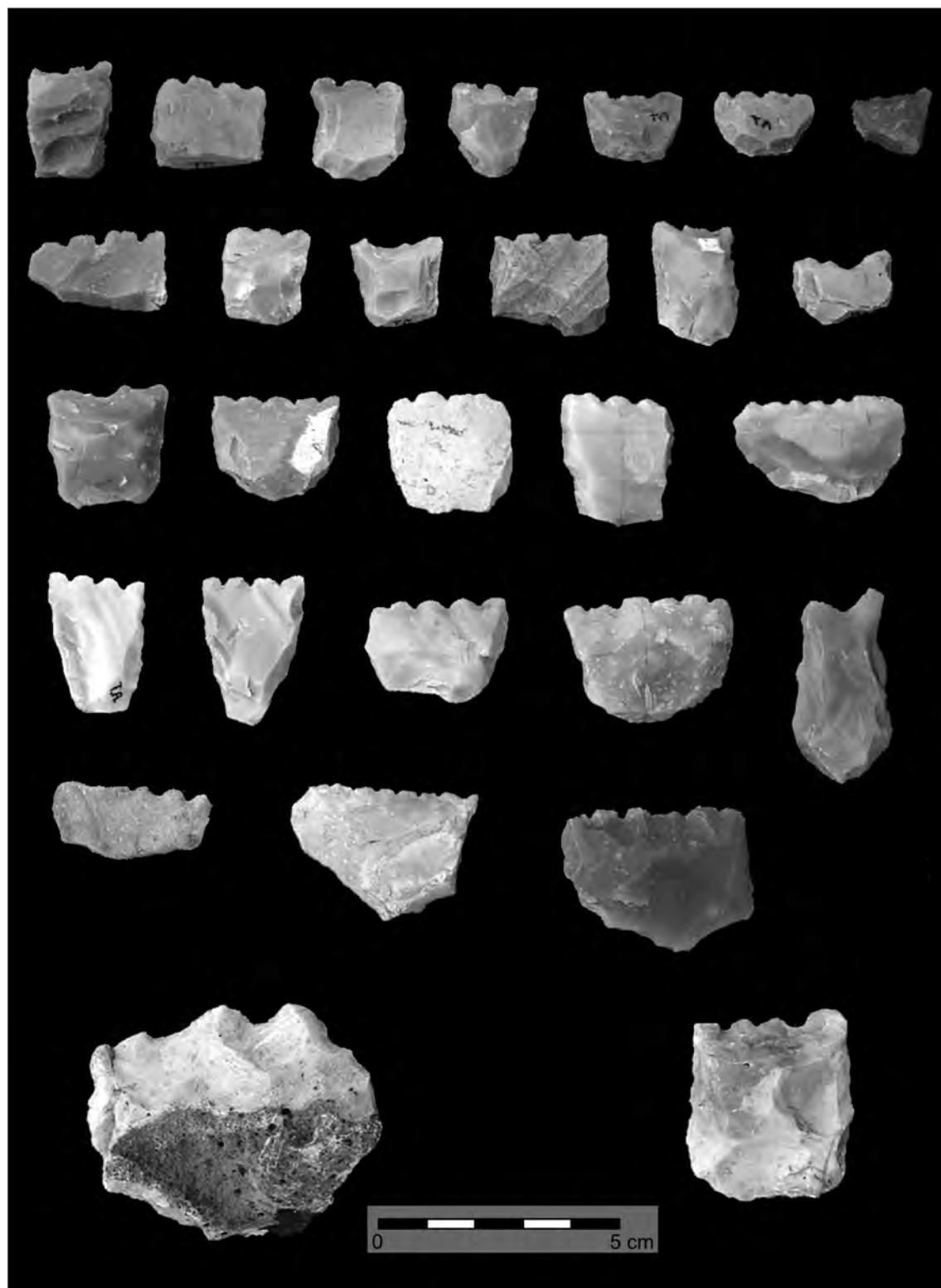


Figura 27. Elementos denticulados de foices da Tapada da Ajuda (in Cardoso 2008-2009, Fig. 23).

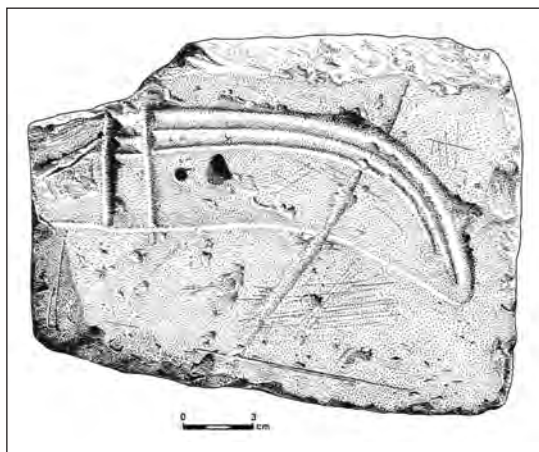


Figura 28. Molde em pedra de foices de tipo Rocanes recolhido no local epónimo do concelho de Sintra (in Cardoso 2002, Fig. 287).

de expressiva visibilidade, respectivamente a Beira Alta, a Meseta Norte e a Baixa Andalusia.

Face ao conhecido, a primeira daquelas produções está presente na região do Alto Tejo, em dois sítios da Beira Baixa: Alegrios e Cachouça (Fig. 29). A raridade e o contexto específico de achado no caso da primeira estação, um pequeno abrigo natural a que foi atribuído carácter ritual (Vilaça 1995: 166; 2008a: 386; 2013a: 205), confere-lhes significado certamente distinto daquele que lhes seria atribuído na sua região de origem, onde são numerosas. Chegam ainda ao Médio Tejo, encontrando-se no Castelo Velho do Caratão (Mação), aparentemente também de forma residual (Delfino *et al.* 2014: 169).

As cerâmicas de «tipo Cogotas», que cada vez mais ganham território na zona raiana de entre Douro e Tejo colocando, aí, interessante problema sobre o conceito de «fronteira» em Arqueologia, estão, a sul, representadas no Monte do Frade e na Moreirinha, exibindo a técnica «boquique» (Fig. 30) (Vilaça 1995: est. LXXXIX-5; CV-2; CCXXIII-3; 2008b: 69). Só esporadicamente atingem o Baixo Tejo: Alcáçova de Santarém (Arruda *et al.* 2015), Aramenha (Cartaxo) (Tereso & Ferreira 2007) e Gruta do Correio-Mor (Loures) (Cardoso 2003). Note-se, todavia, que se trata essencialmente de decorações ponteadas, impressas ou puncionadas, já que as decorações em ambas as superfícies e com os característicos motivos «em espiga» apenas estão registadas num único fragmento da Gruta do Correio-Mor, primeiro sítio onde foram como tal identificadas fora da região do Alto Tejo (Cardoso 2003: fig. 48-1).

Relativamente às cerâmicas de «tipo Carambolo», cuja cronologia entra nos inícios da I Idade do Ferro, apenas foram registadas na região mais interior, na Moreirinha, Cachouça e Castro do Cabeço da Argemela (Fundão), neste caso em recolha de superfície (Vilaça 2008b: est. X), encontrando-se em curso o seu estudo com outros exemplares inéditos do Centro do território português<sup>4</sup>.

Desta breve análise sobressai marcada dicotomia entre a região do Alto Tejo e o restante percurso do rio. Ali, todos os tipos estão presentes, em diversos povoados, se bem que sempre de forma residual nos respectivos contextos de achado. Ao Médio Tejo chegaram pontualmente as típicas cerâmicas com incisões pós-cozedura. No Baixo Tejo, e, como referido, de forma igualmente muito residual, apenas temos cerâmicas conotadas com o mundo meseteno (Cardoso 2003: 255; Arruda *et al.* 2015: 184).

Se a primeira situação está em sintonia com a permeabilidade cultural que tem sido advogada para essa região da Beira Interior, onde parecem ter convergido e inter-agido ecos de mundos culturais distintos (Vilaça 2007b; 2011-2012; 2013a), o mesmo não poderá ser dito, com base nessas cerâmicas, para o Baixo Tejo.

Pelo contrário, o rio revela notável uniformidade quando nos focamos nas cerâmicas de produção regional de melhor fabrico, consubstanciadas em taças e púcaros carenados, com e sem asa, em potes de colos curtos e altos, com formas bicónicas ou de perfil em S, de superfícies muito polidas, brunidas e frequentemente decoradas com ornatos brunidos na superfície externa, no estilo conhecido como tipo Lapa do Fumo (Fig. 31) (Cardoso 1996).

As cerâmicas de ornatos brunidos, pelo investimento de tempo que exigiam em termos de fabrico e de decoração, pela simbologia dos motivos e mesmo pelo efeito estético, são consideradas produções de prestígio, de distinção social, de cariz ritual (Vilaça 1995: 294; 2000a: 37; Cardoso *et al.* 1997-1998; Soares 2005: 137-138). Não estranha, deste modo, verificar a sua especial presença, no que respeita à zona do estuário do Tejo, nos povoados de altura, onde se sediariam as elites (Cardoso 1999-2000; 2004; 2015).

<sup>4</sup> O assunto foi preliminarmente apresentado no poster da autoria de R. Vilaça, I. Soares e M. Osório, «Cerâmica de tipo Carambolo na Beira Interior (Centro de Portugal), II Congresso Internacional de Arqueologia na região de Castelo Branco: 100 anos da Sociedade dos Amigos do Museu, realizado em Castelo Branco, em Abril de 2015.

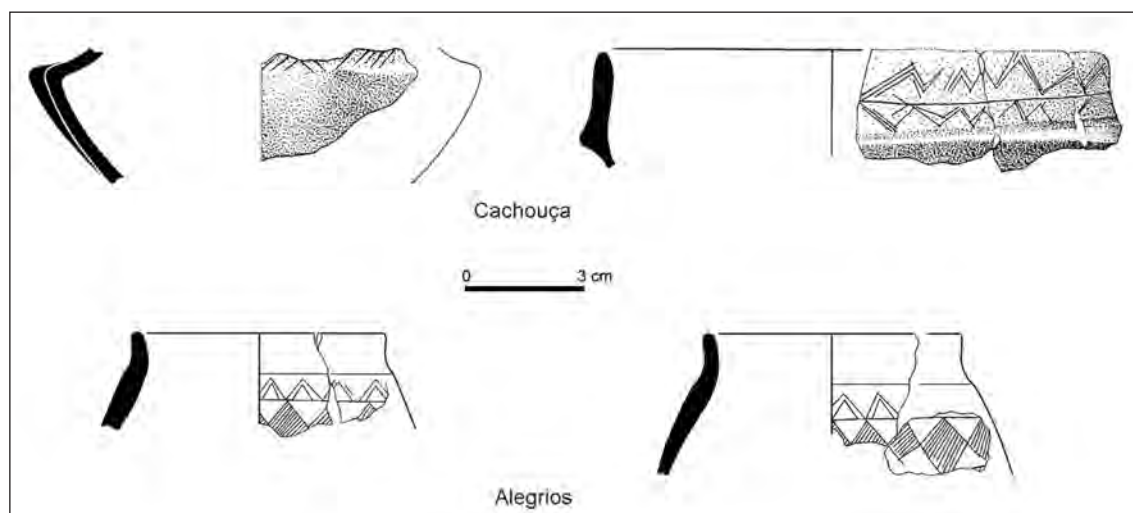


Figura 29. Cerâmicas de tipo Baiões da Cachouça e dos Alegrios (in Vilaça 2008, Fig. 26).

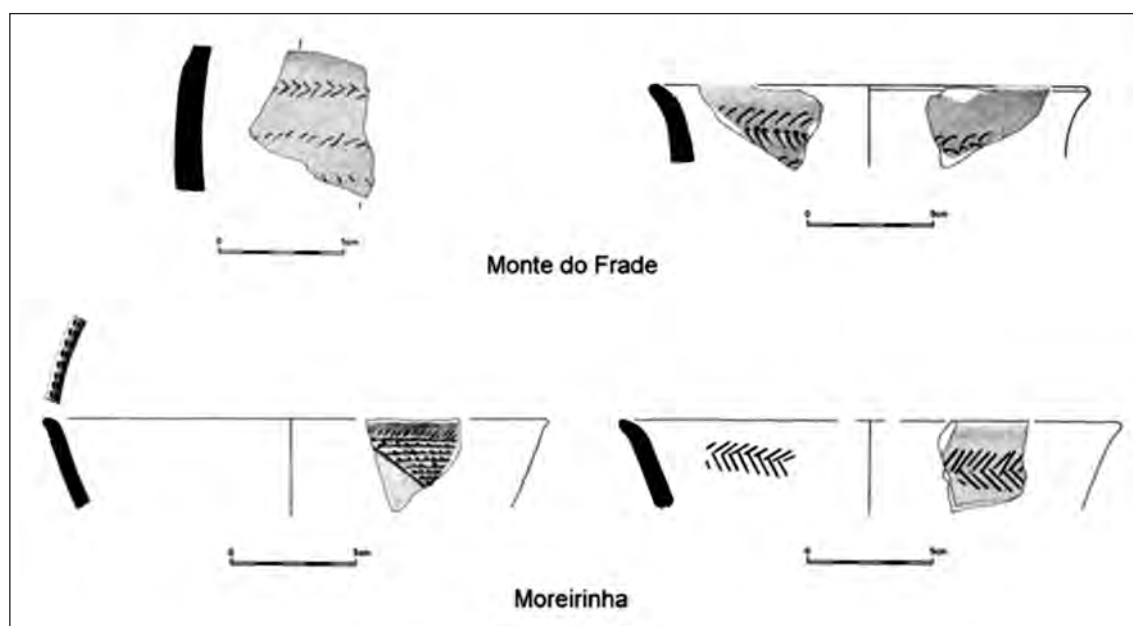


Figura 30. Cerâmicas de tipo Cogotas do Monte do Frade e da Moreirinha (in Vilaça 2008, Fig. 27).

Recorde-se que as primeiras datações absolutas associadas à problemática cronológica destas cerâmicas foram obtidas em sítios que temos vindo a referir, como o Monte do Frade, Alegrios, Moreirinha (Vilaça 1995: 300), tendo sido mais tarde estendidas por outras estações da baixa Estremadura (Cardoso no prelo) e pela região alentejana (Soares 2005).

A ideia inicial de que tais cerâmicas seriam características de sítios de altura, já não pode ser

tomada de forma absoluta, uma vez que ocorrem igualmente em estações de tipo «casal agrícola», como a Quinta do Percevejo (Almada) (Barros & Espírito-Santo 1991: fig. 6; Cardoso 2015) ou a Quinta da Pedreira (Félix 1997: 36).

Por outro lado, se as cronologias absolutas da Quinta do Percevejo, revelando ocupação coeva à da Tapada da Ajuda (Cardoso 2004; Cardoso 2015), sugerem que as cerâmicas com decoração brunida começaram a ser produzidas na região do Tejo ainda

em inícios do Bronze Final, a verdade é que será só a partir do séc. XI, até ao séc. IX a.C., que tais cerâmicas alcançarão aí, e ao longo do rio, expressiva presença transversal a todos os tipos de contextos, habitacionais, funerários e culturais. Esta realidade confir-

ma a validade do critério de serem tais cerâmicas características da fase mais moderna do Bronze Final, ou Bronze Final II, da região que nos ocupa conforme a proposta de faseamento anteriormente apresentada (Cardoso 1995b).

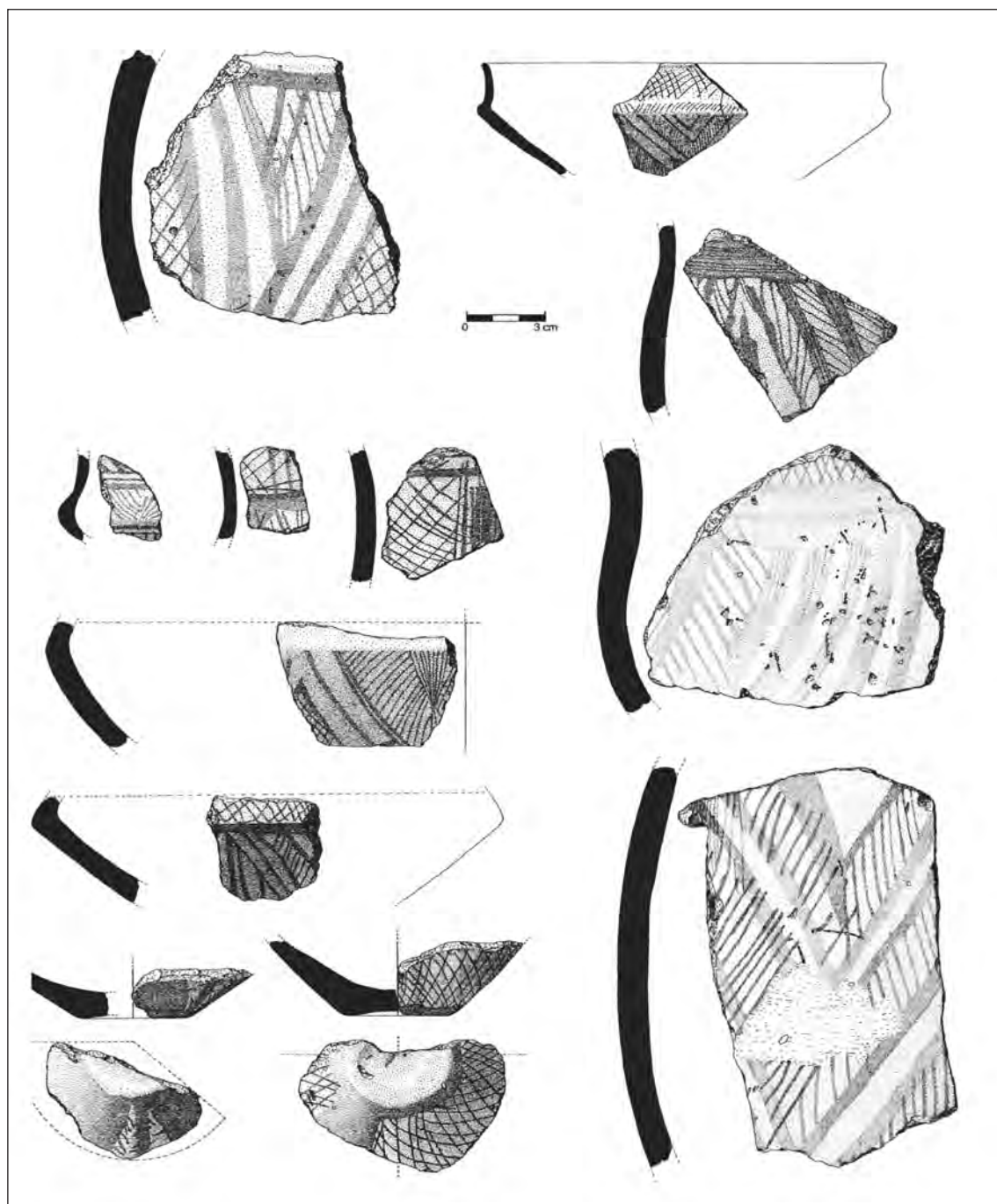


Figura 31. Cerâmicas de tipo Lapa do Fumo (in Cardoso 1996).

Por outro lado, não nos parece aceitável a ideia de essas cerâmicas serem de proveniência exógena ao Médio Tejo (Cruz *et al.* 2015: 19); pelo contrário, consideramo-las como sendo produções específicas do vale do Tejo, como já em 1996 Thomas Bubner tinha evidenciado ao apresentar a sua distribuição geográfica (Bubner 1996). A base empírica encontramos-a reforçada, precisamente, no trabalho da mesma equipa, onde é reunida, com novos e significativos contributos, informação sobre o tema (Delfino *et al.* 2014).

Estes dados relativos ao troço do rio entre a foz do Ocreza e a foz do Zêzere juntam-se assim aos do importante núcleo da zona do estuário, bem como aos da Beira Interior, onde tinha sido já admitida a existência de um outro foco produtor (Vilaça 1995: 299). Conjuntamente, permitem identificar o Tejo, no seu todo, como área de produção destas cerâmicas, que se caracterizam por possuírem decorações via de regra na face externa, ao contrário das alentejanas e andaluzas. Tal não significa que não existam determinadas formas e padrões preferencialmente associados a certas áreas mais circunscritas, conforme foi defendido (Osório 2013: 133 e segs.), problemática que importará aprofundar futuramente.

Assim sendo, tais cerâmicas, representadas pelas mesmas formas e motivos decorativos, configurando assinalável padronização estilística (Vilaça 1995: 288), traduzem expressiva identidade cultural, que confere unidade, neste prisma, às várias regiões percorridas pelo Tejo. Neste sentido, também não deverão ter sido particularmente valorizadas como elementos de poder a nível inter-comunitário, mas sobretudo intra-comunitário, manipuladas em actividades específicas.

Se se pretender encontrar traços diferenciadores entre as comunidades das várias regiões do rio, será necessário procurá-los em outros marcadores culturais.

#### 4.3. O METAL

Sem o metal, concretamente o bronze e o ouro, não é possível entender a estrutura das economias e das sociedades do Bronze Final, e, muito em particular, na região de que nos ocupamos neste momento. Tal como para as cerâmicas, também aqui está fora de causa qualquer síntese global sobre a metalurgia, pelo que serão abordados apenas alguns aspectos mais significativos.

Em primeiro lugar, importa sublinhar que a região reúne dados relativos a todas as fases da «cadeia operatória» do trabalho do metal, desde a exploração de recursos, à produção, consumo, circulação e deposição de artefactos.

Enquanto região fornecedora de matéria-prima, é inquestionável o seu interesse pela riqueza aluvionar do Alto e do Médio Tejo e seus afluentes da margem norte, em ouro e estanho. Por outro lado, o rio configura-se como principal «corredor de circulação» entre o litoral atlântico e as terras mais interiores ricas em minério, como as Beiras e a Extremadura espanhola. Aquele chegava ainda nessa condição aos povoados, onde se encontraram martelos de mineração, como os da Moreirinha e os de Castelo Velho do Caratão<sup>5</sup> (Vilaça 2013: fig. 2 e nota 6), supondo-se também que com eles seria triturada cassiterite fundida directamente em cadinhos ou «vasilhas-forno» (Merideth 1998: 155-160, 162-163; Vilaça 1998: 353-355; 2013 a: 195; Figueiredo *et al.* 2010).

Nos povoados, independentemente do tipo, encontra-se por norma vestígios da produção e/ou utilização de peças de bronze. A nível da produção, não está ainda perfeitamente definido se haveria por povoado um único espaço de trabalho controlado por um artífice, ou se a «arte do metal» era partilhada por vários membros ou famílias em cada sítio. Definida está a sua escala, modesta, envolvendo pequena quantidade de matéria-prima, conforme sugerem cadinhos, moldes e mesmo os próprios artefactos comumente encontrados nesses locais destinados sobretudo a consumo local (Vilaça 1995: 414; 1998; Cardoso 2015).

O metal manifesta-se ainda numa outra categoria de registos, com peças singulares ou formando conjuntos, os depósitos. Só muito excepcionalmente ocorre em contextos sepulcrais e, como antes referido, nunca aí se depositaram armas, apenas objectos de adorno e de tratamento do corpo, como os múltiplos e geminados braceletes das necrópoles de Alpiarça, ou as pinças, fíbula e elemento de cinturão da Roça do Casal do Meio.

Insuficientemente valorizado até hoje e apenas conhecido em fotografia (Alarcão e Santos 1996: 201, fig. 7), é o conjunto de um aro ou bracelete de extremidades aguçadas com duas argolas abertas e duas espirais pendentes, em bronze, encontrado em

<sup>5</sup> Neste caso trata-se de um martelo de mineração apresentado no Simpósio mencionado na nota 2.

inícios do séc. XX nos arredores de Abrantes, mas não em Abrantes, como é referido naquela obra. Nada se sabe sobre a natureza do seu contexto de origem, ao qual se associava ainda um segundo aro fragmentado, agora divulgado (Fig. 32). Embora o conjunto tenha sido atribuído ao Bronze Final, o que é admissível, não descartamos a hipótese de ser de uma fase anterior.

É nos depósitos que se reúnem em regra os artefactos mais volumosos, mais pesados, como machados, foices, espadas, lanças, mesmo que fragmentados, vinculados a produções indígenas e de matriz atlântica.

As principais produções de instrumentos de bronze revelam, pela respectiva tipologia, marcado cunho regional, que abarca todo o vale do Tejo estendendo-se pela frente atlântica da Estremadura à Galiza, comprovada pelos machados de alvado providos de um anel, os machados univalves de talão e igualmente providos de um anel, e as foices de talão de tipo Rocanes, já antes referidas.

Não cabe aqui comentar em pormenor os múltiplos aspectos em que se expressa a variabilidade de

tais depósitos, desde a própria natureza dos objectos, até às características da sua localização no espaço, passando pela oro-hidrografia, tipologia, quantidade e estado de conservação dos artefactos (funcional ou não), pelo contexto, pelos significados. Os depósitos da Quinta do Ervedal (Fundão) (Coffyn 1976), com c. de 17 Kg de metal onde dominam os lingotes plano-convexos entre machados e punhais, inteiros e fragmentados, por um lado, e o de Cacilhas (Almada) (Gomes 1992: 120 e Fig. 39-C), consubstanciado numa única espada, completa, presumivelmente depositada no rio (Fig. 33), são bem exemplo da variabilidade de que falamos.

A tal propósito, importa desde já referir que os abundantes dados disponíveis relativos a contextos habitacionais da região em apreço, ou de depósitos, não obstante a existência de ligas distintas como se verificou no estudo do depósito de Porto do Concelho (Mação) (Fig. 34) (Bottaini 2012: 180-219; Bottaini *et al.* 2017), indicam tratar-se de artefactos sistematicamente produzidos com ligas binárias nas quais a percentagem de chumbo, quando ocorre, é sempre baixa, de acordo com a metalurgia do Bronze

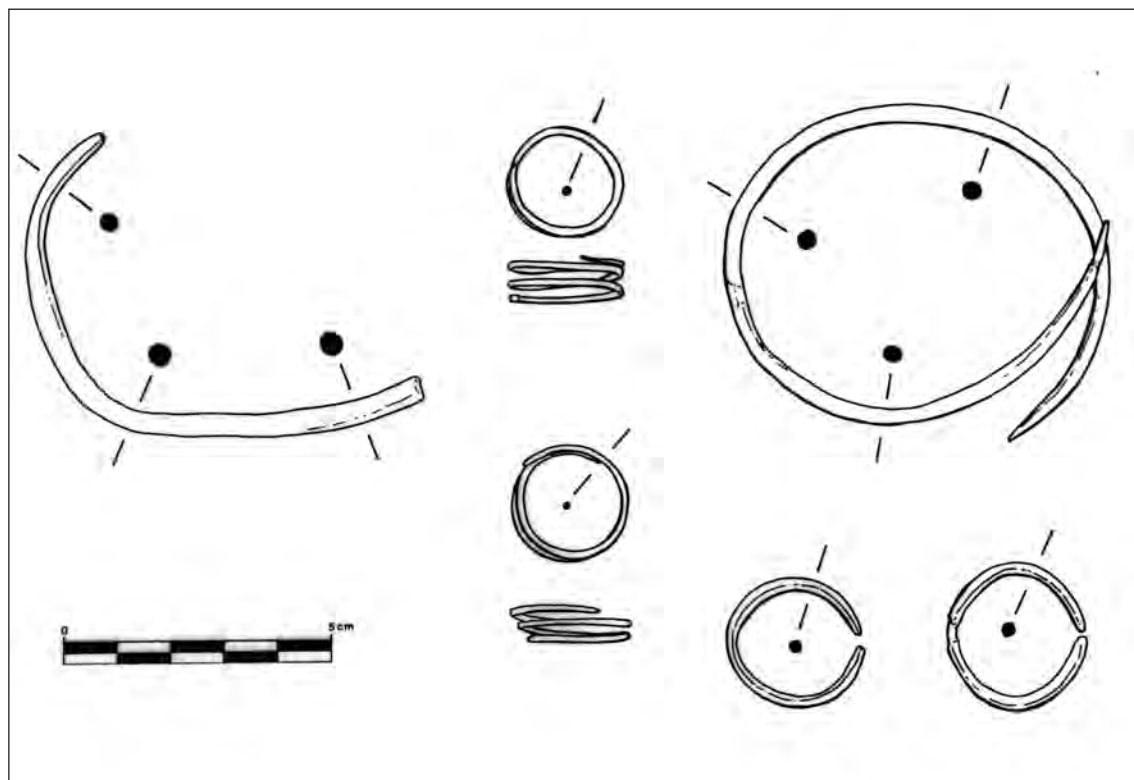


Figura 32. Conjunto de aros em bronze dos arredores de Abrantes, encontrando-se originalmente o mais completo com anéis e espirais encaixados (desenho de H. Figueiredo).

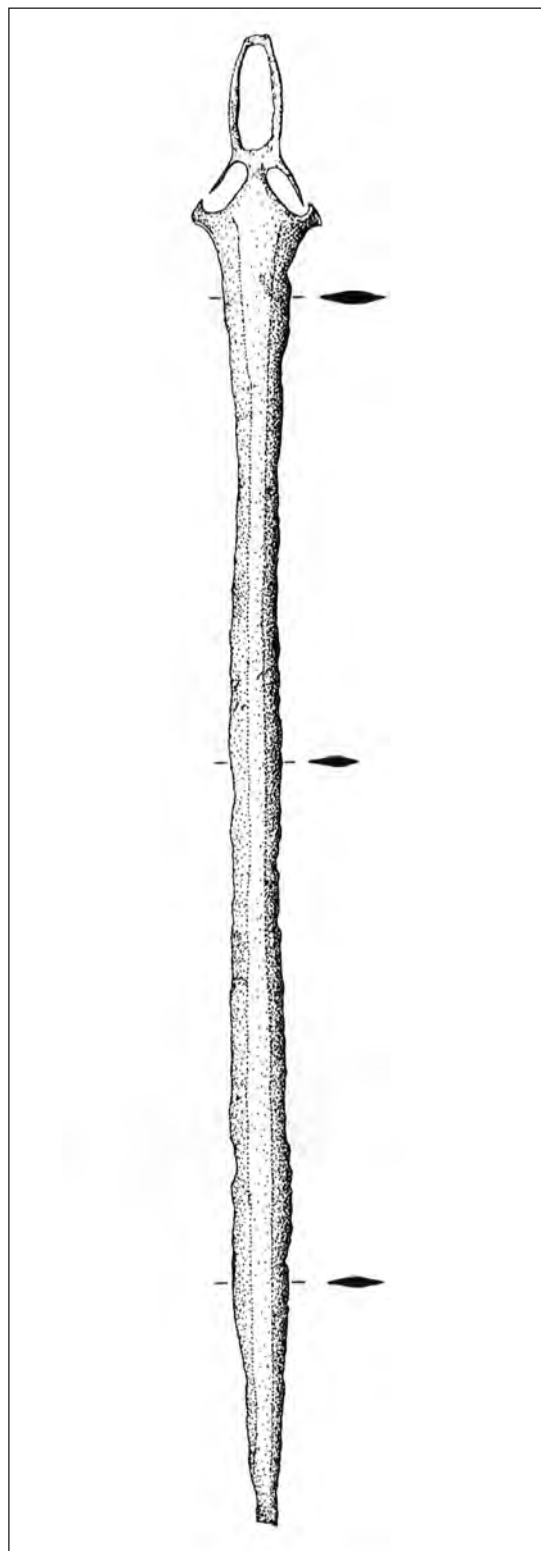


Figura 33. Espada de Cacilhas (in Silva & Gomes, 1992, Fig. 39).

Final típica do Centro do território português (Vilaça 1997 b; Bottaini 2012).

Um outro conjunto também recentemente estudado, provém de Moita da Ladra (Loures) já antes mencionado, onde, de um ponto de vista arqueometalúrgico, as peças (argolas, fibulas de tipo Ponte 1a, pequenos fragmentos) não revelam qualquer alteração relativamente à metalurgia indígena do Bronze Final, mantendo-se as produções binárias.

Em termos comparativos com o período anterior, o Bronze Final do Tejo português conhece drástica alteração de escala ao nível da manipulação do bronze, seja em termos de diversidade, seja de quantidade de artefactos. Uma visão geral foi já apresentada e dela resultou a ideia, que não se justifica alterar, de que a cultura material ao longo do Tejo, incluindo as produções metálicas, revela profundas afinidades entre as diversas regiões percorridas pelo rio (Vilaça & Arruda 2004: 37). Comparada com a da fase seguinte, a similitude mantem-se em termos da composição das ligas (Valério *et al.* 2015), mas perde-se na quantidade de objectos produzidos, muito mais reduzida, bem como a nível da diversidade de tipos, muitos dos quais desaparecem. Neste aspecto específico e último a descontinuidade é manifesta.

Além da produção do bronze, nos povoados trabalhava-se igualmente o ouro, de que restaram vestígios em um dos cadinhos da Moreirinha, lugar onde também se encontrou punção oco decorativo (Vilaça 1995: 338 e Est. CCXLV-3; 2013a: fig. 7).

A exploração do ouro ao longo do Tejo desenvolvia-se a par de outras actividades, o que não exclui a existência de sítios especializados no garimpo das areias auríferas, tal como foi sugerido para o sítio da Quinta do Marcelo (Almada) onde se recolheu taça com resíduos de ouro e mercúrio (Barros 1999).

A recolha e trabalho do ouro poderá ainda ter deixado rasto se considerarmos que bem tão precioso deveria ter sido alvo de apertado controlo qualitativo e quantitativo, neste caso implicando instrumentos de pesagem, concretamente ponderais, que ocorrem em vários contextos habitacionais.

Neste campo, as regiões vinculadas ao Tejo são privilegiadas, destacando-se dois núcleos, um no Tejo internacional, outro no Baixo Tejo e Estremadura (Fig. 35) (Vilaça 2011; 2013a: 214; Cardoso 2015). O uso de ponderais em povoados indígenas, poderia igualmente ser entendido como meio de avaliação de bens de valor reconhecido no contexto de trocas de carácter supra-regional, uma vez que foi possível identificar um padrão de valor internacional, concretamente o siclo sírio de 9,3/9,4g, com



Figura 34. Depósito de Porto do Concelho, observando-se diversos tipos de materiais, completos e fragmentados (Bottaini *et al.* 2017).

múltiplos e divisores, possivelmente em uso no Ocidente peninsular (Fig. 36) (Vilaça 2011).<sup>6</sup>

A mineração e ulterior transformação do ouro em objectos consubstanciou-se no fabrico de diversas jóias, algumas de elevado peso, que testemunham a enorme capacidade de acumulação do ouro e a

existência de elites detentoras de assinalável poder e prestígio.

Além da bráctea de Sobreiral (Castelo Branco), peça única com exuberante decoração repuxada e pontilhada, que deveria ter ornamentado vestes de prestígio ou mesmo sagradas, as produções são dominadas por braceletes e colares, como os de Soalheira (Fundão), Monforte da Beira, Almoester (Santarém) (Armbruster & Parreira 1993: 70-71; 108-109; 114-115; 172-173) e Casal de Santo Amaro (Penha

<sup>6</sup> Recentemente tivemos ocasião de identificar no Museu Nacional de Arqueologia mais um ponderal, cremos que inédito, atribuído ao castro do Zambujal (Torres Vedras).

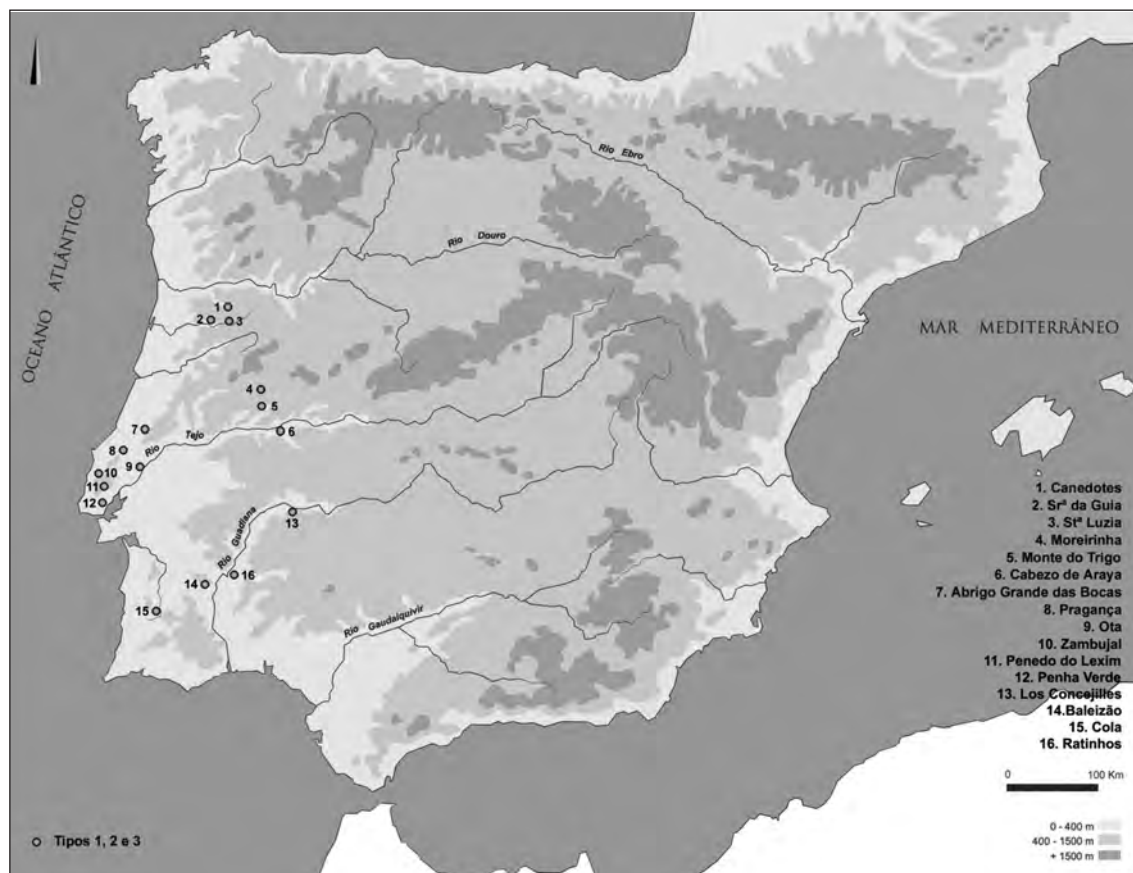


Figura 35. Distribuição de ponderais de contextos do Bronze Final do Ocidente Peninsular, com particular concentração ao longo do Tejo (in Vilaça 2011, adaptado).

Verde, Sintra) (Armbruster 1995; Vasconcelos 1896) (Fig. 37). Com exceção deste caso, que poderia ter estado associado a contexto sepulcral, conforme acima referido, desconhecem-se as condições de achado dos restantes.

O colar do Casal de Santo Amaro constitui peça sem paralelo, reunindo, na realidade, três colares de tipo Sagrajas-Berzocana a um fragmento de bracelete de tipo Villena-Estremoz adaptado como fecho (Armbruster 1995), o que poderá ser entendido, ao contrário dos braceletes de Soalheira e de Monforte e dos colares de Almoater, perfeitamente padronizados, como uma encomenda específica destinada a alguém do mais alto estatuto, realidade reforçada pelo notável peso deste exemplar, 1262 g (Cardoso 1999-2000). Neste sentido, parece-nos defensável como hipótese a ideia de que entre as próprias elites detentoras do poder existiriam diferenças entre si, realidade a que normalmente não se atende. Recorde-se, todavia, que o peso de colares e braceletes foi

já tomado como elemento diferenciador entre chefes suseranos e vassallos (Alarcão 1992: 50-51).

O Bronze Final do Tejo pauta-se ainda, a par de outras regiões do Ocidente Peninsular, e muito em especial a região das Beiras, por precoce incorporação de artefactos de ferro (Fig. 38) em contextos genuinamente indígenas anteriores ao séc. IX a.C., portanto anteriores à presença fenícia, num quadro local de pujante metalurgia do bronze (Vilaça 1995: 349-352; 2006; 2008a; 2013a: 214; 2013b). São artefactos de fraca variabilidade tipológica, correspondendo maioritariamente a lâminas de faca e de serra, como os que se encontram na Beira Interior e que também ocorrem na região do estuário, conforme mostram os exemplares da Quinta do Percevejo, Almada (Barros 1998, 1999; Cardoso 2004, Fig. 162).

Ao contrário da metalurgia do bronze, na sua esmagadora maioria pautada por produções locais e regionais, estas raras peças de ferro, de que não há

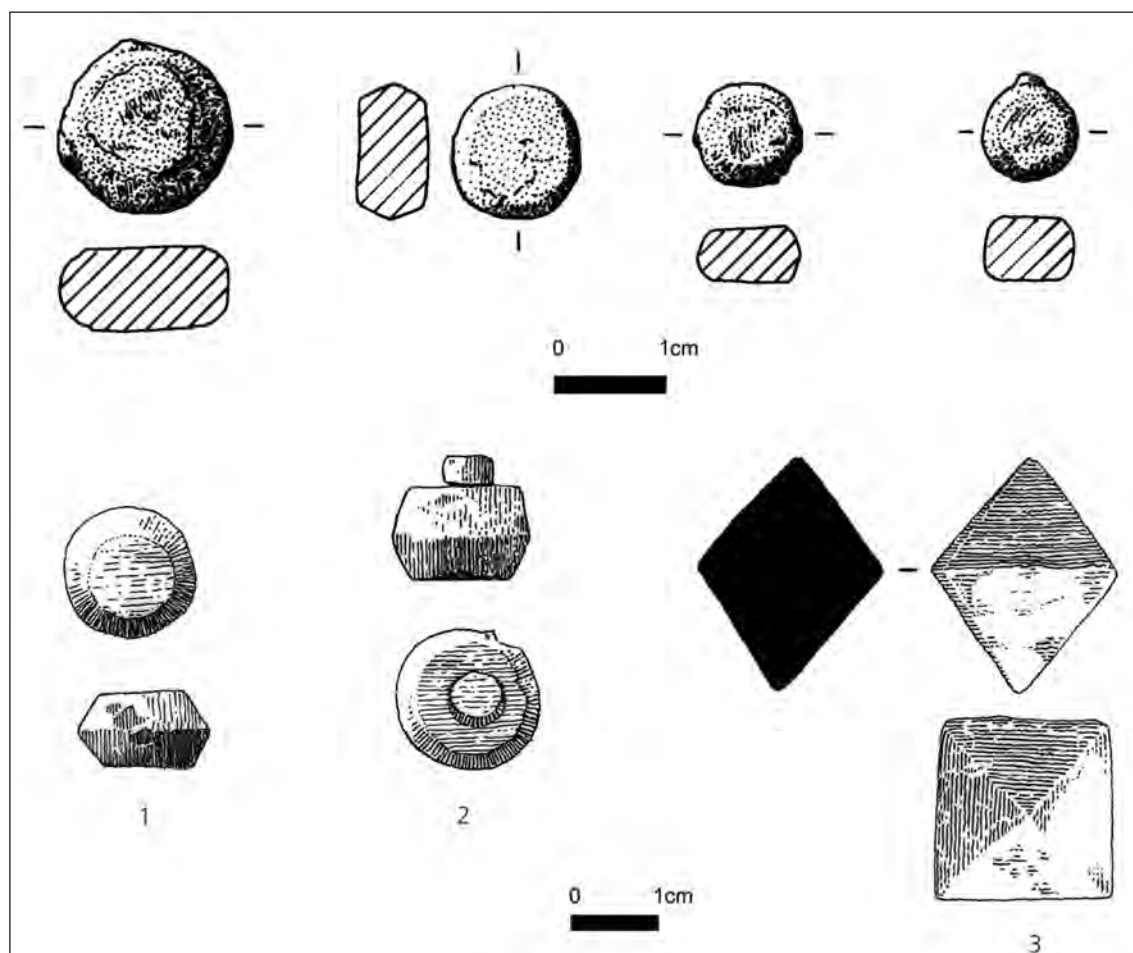


Figura 36. Ponderais de Penha Verde (1) e do Monte do Trigo (2) (in Cardoso 2010-2011b e Vilaça 2011, adaptado).



Figura 37. Colar do Casal de Santo Amaro, Penha Verde (in Pereira 1896).

quaisquer vestígios de fabrico nos contextos de achado, devem enquadrar-se, a par de outros bens que ainda analisaremos, nos contactos supra-regionais vinculados ao mundo mediterrâneo então desenvolvidos.

##### 5. O TEJO, PALCO DE CONTACTOS TRANSREGIONAIS

Caracterizado o Bronze Final do Tejo português em termos de organização demográfica e social e das suas principais produções, importa ainda atender a um dos seus aspectos mais peculiares e representativos: a dimensão internacional dos contactos estabelecidos a partir desta região, muito em particular com o mundo mediterrâneo.

Conjugando tipologias, estratigrafias, contextos e datações absolutas, verificamos que tais contactos se

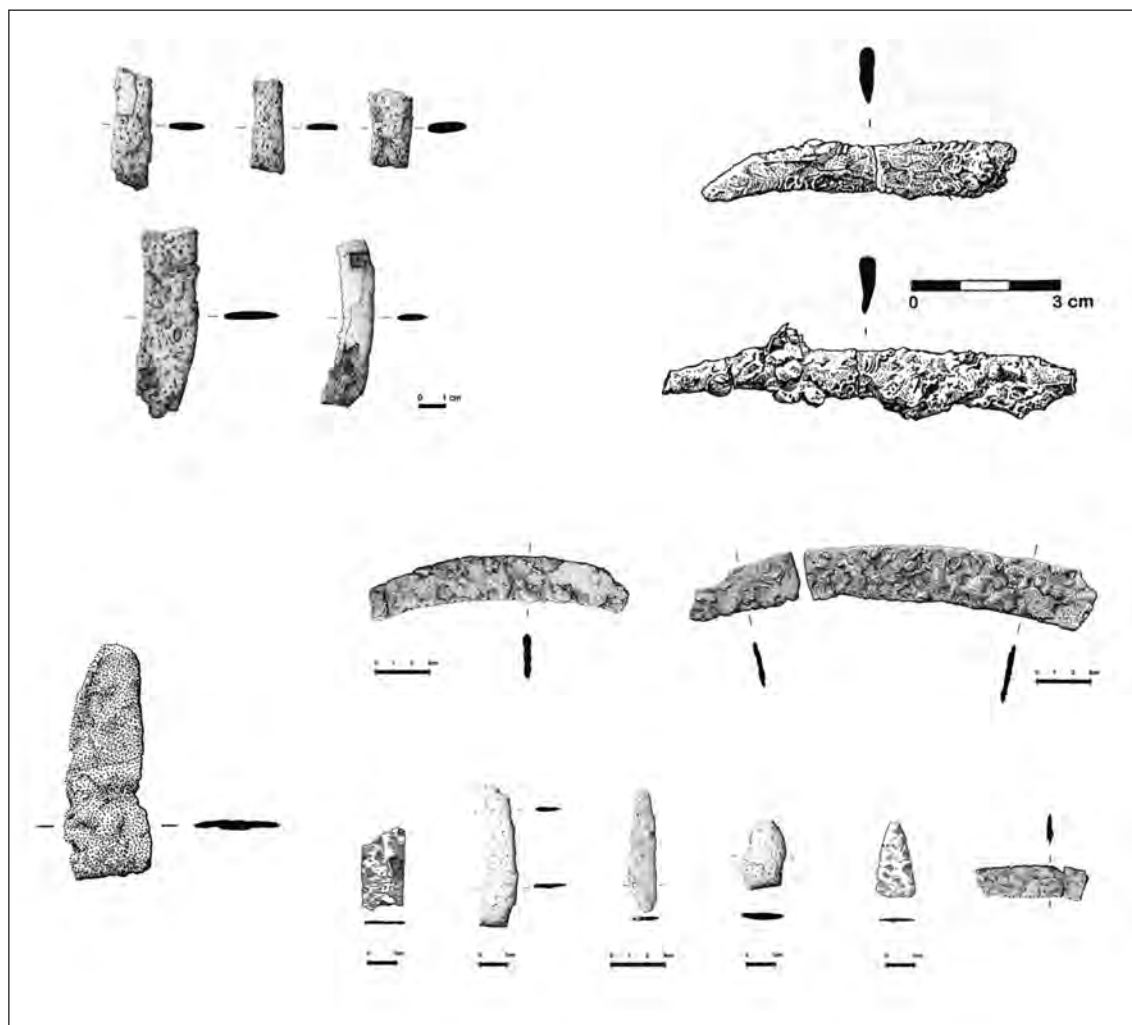


Figura 38. Artefactos de ferro de Monte do Trigo (1), Quinta do Percevejo (2) e Moreirinha (3), com predomínio quase absoluto de pequenas lâminas de facas (in Cardoso 2004, Fig. 162 e Vilaça 2006).

desenvolvem ainda em finais do II milénio a. C., mas sobretudo na viragem e inícios do seguinte, antecedendo imediatamente parte da presença fenícia ou «orientalizante» no vale do Tejo, cujos primeiros indícios poderão entrever-se precisamente nesta realidade.

São diversos os testemunhos que evocam a existência de tais contactos com o Mediterrâneo, aonde chegavam produções bronzíferas indígenas, como de há muito é conhecido (Coffyn 1985; Lo Schiavo 1991). O Centro do território português, evidenciou-se como área produtora e difusora de metais, assumindo nesse processo o rio Tejo papel determinante. Concretamente, peças volumosas e pesadas, como machados de alvado e uma argola, machados unival-

ves de talão e também com uma única argola, espadas, punhais de lingueta, foices de talão, espetos articulados, encontraram na Sardenha a plataforma do mercado mediterrâneo (Coffyn 1985; Lo Schiavo 1991; 2018), onde se encontram exemplarmente representados pelo conhecido depósito do Monte Sa Idda (Taramelli 1921).

Este processo foi por certo recíproco, no respeitante à troca de bens – directa ou indirecta – então estabelecida a diferentes escalas e com objectivos distintos. Nele, o Centro do território português, pelo seu posicionamento geográfico, só aparentemente periférico, desempenhou papel exclusivo, no quadro da «globalização» que envolveu regiões (Vilaça 2007b; 2011-2012).

Aliás, a importância do molde de foices de talão de Rocanes, já atrás referido, resulta, não do achado isolado em si mesmo, mas do sítio em que foi realizado, na região imediatamente a norte do estuário do Tejo, evidenciando a manufatura local de tais instrumentos, a partir do estanho e do cobre oriundos do interior do território, veiculados essencialmente pelo vale do Tejo e pelos seus afluentes de ambas as margens, desde a Beira Baixa até ao Baixo Tejo. Trata-se de expressivo exemplo da via corporizada pelo rio Tejo no transporte de matérias-primas, desempenhando papel semelhante, ao que o Mondego, e o Vouga, entre outros, asseguravam mais a norte, proporcionando, também eles, boas vias de acesso e de circulação de e para o interior das Beiras, oferecendo as respectivas confluências com o litoral atlântico, boas condições para a navegação litoral, tanto em direcção ao Mediterrâneo como ao Atlântico.

Esta abrangência deve ser também entendida tendo em conta que, para além da troca de artefactos – de que se poderia admitir, em sentido contrário, a presença de delicadas peças da indumentária, como as fíbulas de cotovelo, de inspiração mediterrânea – circulou conhecimento, envolvendo a adopção de novas tecnologias, estilos, hábitos, gostos, ideias, e pessoas (Vilaça 2008 a; 2011-2012). Neste caso, é inclusive defendido o estabelecimento de estrangeiros entre as comunidades indígenas (Ruiz-Gálvez Priego 1995: 145). Mas, recorde-se, à margem estiveram sempre e de forma sistemática a arquitectura de plantas ortogonais, as cerâmicas fabricadas a torno, ou a iconografia mediterrânea, o que significa ter existido também a selecção de determinados itens e a rejeição ou a indiferença por outros.

Ora, estes contactos transregionais teriam de ter, da parte das comunidades do vale do Tejo, interlocutores não só receptivos mas também activos, que conduzissem, coordenassem e incentivassem as relações entre mundos diferentes. Tais personagens, que poderíamos visualizar através das pesadas jóias, são indivíduos detentores de poder que se manifesta de distintas formas e, justamente também, no acesso e controlo de determinados bens de origem, matriz ou inspiração mediterrânea.

Este processo de aquisição de bens sociais de prestígio, ainda que selectivo e envolvendo inicialmente apenas as elites, funcionando como intermediaárias, explica o sucesso da empresa fenícia verificada na sequência imediata e em estreita continuidade com estes primeiros contactos comerciais do Bronze Final (Cardoso 1995 c; 1996); daí poder-se admitir que tais contactos, especialmente os verifica-

dos na fase final do Bronze Final (séculos X-IX a. C.), fossem já corporizados por verdadeiros comerciantes fenícios, especialmente os verificados no Baixo Tejo (Cardoso 2015).

Mas tal processo, ao contrário do que seria de prever, parece ter sido relativamente lento; tal conclusão é sugerida pelos resultados do povoado indígena de Santa Sofia, já antes referido, onde ainda se não observa a adopção de arquitectura ortogonal, embora seja evidente a presença de produções orientalizantes, associadas a outras, típicas do Bronze Final, numa época já relativamente avançada que pode ter abarcado a segunda metade do século VIII e todo o século VII a. C. (Pimenta *et al.* 2013).

De novo, o Tejo comportará regionalismos a este nível, ainda que a dispersão desses bens concorra, não obstante a sua raridade em cada contexto específico, no sentido de marcada disseminação de contactos não só ao longo do rio, não só na região das Beiras e Centro do território português (Vilaça 2008 a; 2011-2012), mas atingindo igualmente o Norte e o Sul do território português. Tais regionalismos acentuar-se-ão, todavia, de modo muito expressivo naqueles últimos séculos, constituindo o Baixo Tejo área de dinamismos culturais específicos nessa época, sem paralelo no restante percurso do rio, como ficou bem evidente na comunicação de Arruda (neste volume).

As modalidades da relação estabelecida entre indígenas e comerciantes de origem mediterrânea, no final do Bronze Final, fossem eles fenícios ou não, contemplam materiais importados, como o âmbar, sob a forma de contas de colar. De jusante para montante, são de referir, entre outros, a gruta do Correio-Mor (Loures) (Cardoso 2003: fig. 20, n.º 8); o sepulcro megalítico da Bela Vista (Colares) (Mello *et al.* 1961), associado a uma fíbula de dupla mola; o Castelo Velho do Caratão (Mação) (Cruz *et al.* 2015) e Moreirinha (Vilaça 1995: 323). A análise por espectroscopia de infra-vermelhos das contas de colar deste último provou que se trata de sucinite, de origem báltica (Vilaça *et al.* 2002). É provável que as demais tenham idêntica origem, mas sem análises não podemos sair do campo das probabilidades.

Também as contas de pasta vítrea ocorrem ao longo de todo o curso do rio Tejo, em contextos bem definidos do Alto Tejo, nos povoados dos Alegrios e do Monte do Trigo<sup>7</sup> (Vilaça 2008 a: 387 e fig. 17) e

<sup>7</sup> Uma das seis contas, oculada, é recolha de superfície que, todavia, não se justifica ser desvalorizada atendendo ao facto de o povoado não ter conhecido ocupação na Idade do Ferro.

do Médio Tejo, como no Castelo Velho do Caratão (Cruz *et al.* 2015). No Baixo Tejo, foi recentemente identificado um exemplar, em Moita da Ladra 1, tipologicamente próximo de um dos exemplares de Monte do Trigo, recolhido em local onde antes se implantou o povoado calcolítico, ainda não publicado (escavações de um dos signatários).

Ao nível da metalurgia, configurando tais contactos culturais, é digno de registo a adopção do peculiar estilo decorativo entrançado (Fig. 39) de timbre sírio-cipriota, que se encontra presente em artefactos em forma de pega mas de uso pouco claro encontrados no Monte de São Martinho e em Pragança (Bombarral) (Vilaça 2004; 2008 a).

Entre os artefactos pela primeira vez presentes, destacam-se os que se relacionam com a transformação do corpo, na sua aparência e nos seus adereços, expressando também a relevância da importância individual na sociedade. Na Roça do Casal do Meio encontrou-se uma fíbula de enrolamento no arco, duas pinças e um pente de marfim (Fig. 40), mate-

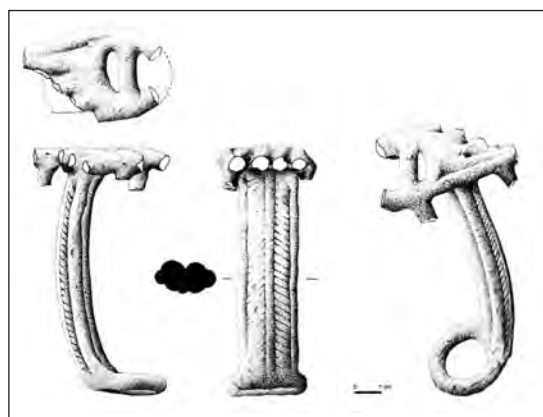


Figura 39. Peça do Monte de São Martinho com decoração entrançada de estilo sardo-cipriota (in Vilaça 2008a Fig. 48).

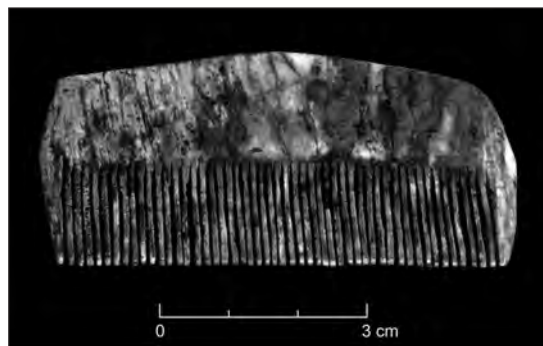


Figura 40. Pente de marfim da Roça do Casal do Meio (in Cardoso 2002, Fig. 307).

riais que deverão ter contribuído para a criação de uma identidade diferente e de um novo «código simbólico de estética» (Ruiz-Gálvez Priego 1998: 282). De referir, ainda, por constituírem contributos recentes, a fíbula de cotovelo de Abrunheiro (Oeiras) (Cardoso 2010-2011 a), de enrolamento no arco de Moita da Ladra (Valério *et al.* 2015), de duplo enrolamento da Quinta do Marcelo (Barros, 1998; Cardoso 2004) e a da sepultura da Bela Vista, já acima referida e até agora inédita; e, já na Beira Interior, a do Castro do Cabeço da Argemela (Vilaça *et al.* 2011: fig. 5-7).

As fíbulas não só são manipuláveis mas também representáveis, concretamente nas estelas de guerreiro ou do Sudoeste, também designada tartéssicas e, ultimamente, até lusitanas. O assunto foi já tratado em diversas ocasiões (v.g. Vilaça 2008a; 2011-2012), que agora recordamos.

Tendo presente a natureza e quantidade dos bens que circularam, é manifesto o desequilíbrio entre o que se fazia chegar ao Mediterrâneo — pesados artefactos de bronze, configurando estratégia de exportação absolutamente dominada pelo metal — e o que dali nos chegava: insignificantes objectos de bronze e de ferro pela dimensão, valor e peso: âmbar, vidro, ferro, estilo decorativo, tecnologia. Assim, em termos estritamente económicos, não parece ser possível atribuir papel de relevo aos metais do Mediterrâneo nos contextos indígenas (Vilaça 2011-2012). O que se releva são bens exóticos que gravitam preferencialmente no campo de natureza simbólica, estética, de prestígio.

Acresce que tais novidades, pela sua natureza, numericamente escassas e sempre diminutas nos respectivos contextos, nunca chegaram a alcançar papel de relevo no processo de transformação profunda da estrutura das comunidades indígenas. Pelo contrário, a sua manipulação foi reservada às elites, como símbolos de distinção, de prestígio e de poder que eram. Nesta medida, é defensável que, sendo minoritários, os bens de matriz mediterrânea não possam ser entendidos como «símbolos de identidade cultural» antes «elementos de identificação» de elites (Vilaça 2011-2012: 36), quer dizer, as comunidades do Bronze Final do Tejo português, ao contrário das que lhes sucederam, não passaram por qualquer processo de «mediterraneização».

Além das fíbulas, alguns desses elementos, como os espelhos, encontram-se também gravados nas estelas, cuja presença na região em análise é obviamente fracturante da unidade que, em outros aspectos, temos vindo a reconhecer para o curso

do rio. A estela de Telhado (Fundão) é disso bom exemplo, nela se observando espelho, fíbula e pente (Fig. 41) (Vilaça 2013a: 212-213; Rosa & Bizarro 2015: 95).

Sem se pretender entrar na temática das estelas, com novidades dos últimos anos em termos de dispersão geográfica, que obrigaram a alterar discursos estabelecidos, importa vincar que, encontrando-se circunscritas no Tejo à sua área internacional, conferem a essa região — alargada às Beiras e à Alta Extremadura — indiscutível autonomia na história do rio. Nesta perspectiva, o Bronze Final do Tejo contempla não um, mas pelo menos dois rios. Os recursos mineiros têm sido justamente apontados ao longo do tempo por diversos investigadores como elementos que ajudam a entendê-las, mas a sua vin-



Figura 41. Estela de Telhado, observando-se entre o escudo e a lança, e abaixo desta, espelho, fíbula e pente (foto Museu Arqueológico do Fundão).

culação geográfica a rotas ancestrais, perpetuadas até épocas históricas, de movimentação de gados entre o Norte e o Sul, não deve ser também ignorada, mesmo tendo sido defendida, para os territórios da Beira Interior, a sua condição de lugares de memória e inclusivos, em articulação com espaços habitados (Vilaça 2013 a: 208 e segs.).

\*

A terminar, podemos dizer que entre a unidade e a diversidade cultural expressas neste trabalho, o Bronze Final do Tejo português, conheceu várias correntes. Umas, de ida e de volta, aproximaram as comunidades ao longo do rio, fomentando homogeneidade identitária. Outras, pelo contrário, parecem ter erguido barreiras entre as comunidades, que, todavia, estenderam o olhar para outras, muito para além dele. A centralidade e posição charneira a vários títulos que o Tejo protagoniza na Península Ibérica ajuda a entender essa lonjura que vai do litoral à Meseta Ibérica e do Atlântico ao Mediterrâneo, o qual, tão próximo e ao mesmo tempo tão distante, geográfica e culturalmente, não deixou de marcar presença, ainda que de forma pouco profunda, entre as comunidades indígenas do Bronze Final do vale do Tejo.

#### Agradecimentos:

Os autores agradecem a José Luís Madeira pelo tratamento das figuras 17, 29, 30, 35 e 38; a Bernardo Ferreira pelo apoio na recuperação de diversas figuras anteriormente publicadas por um de nós; a Joaquim Candeias da Silva pela cedência da imagem da figura 7.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. 1992: A evolução da Cultura Castreja, *Conimbriga*, XXXI, 39-71.
- ALARCÃO, J. & SANTOS, A. I. (coords.) (1996): *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- ANTUNES, M. T. 1992: «Povoados do Bronze Final da Beira Baixa - Alegrios, Moreirinha e Monte do Frade: elementos arqueozoológicos», *Conimbriga*, XXXI, 31-39.
- ARMBRUSTER, B. 1995: O colar de Sintra. In S. O. Jorge (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal*. Dis-

- curiosos de Poder*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 103.
- ARMBRUSTER, B. & PARREIRA, R. (dirs.) 1993: *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia, I. Do Calcolítico à Idade do Ferro*, Lisboa, Instituto Português de Museus.
- ARRUDA, A. M. 1999-2000: *Los Fenicios en Portugal y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*, Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 5-6, Barcelona.
- ARRUDA, A. M. 2005: «O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século», *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Série IV, 23, 9-156.
- ARRUDA, A. M., SOUSA, E., PIMENTA, J., MENDES, H. & SOARES, R. 2014: «Alto do Castelo's Iron age occupation (Alpiarça, Portugal)», *Zephyrus*, LXXIV, 143-155.
- ARRUDA, A. M. & SOUSA, E. 2015: «Late Bronze Age in Alcáçova de Santarém (Portugal)», *Trabajos de Prehistoria*, 72 (1), 176-187.
- BARROS, L. 1998: *Introdução à Pré-e Proto-História de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- BARROS, L. 1999: *O fim do Bronze e a Idade do Ferro no território de Almada*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BARROS, L. & ESPÍRITO-SANTO, P. 1991: «Quinta do Percevejo – Almada. Uma intervenção de emergência», *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1990), Lisboa, 333-342.
- BARROS, L. & SOARES, A. M. 2004: «Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal)», *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Série IV, 22, 333-352.
- BATATA, C., GASPAS, F. & BATISTA, A. 1999: «O ineditismo do 1º milénio a.C. da bacia hidrográfica do rio Zêzere no contexto da arqueologia proto-histórica nacional», *II Congresso de Arqueologia Peninsular*, tomo III, Universidad de Alcalá, 25-35.
- BOAVENTURA, R., PIMENTA, J. & VALLES, E. 2013: «O povoado do Bronze Final do Castelo da Amoreira (Odivelas)», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Lisboa, 20, 623-640.
- BOTTAINI, C. 2012: *Depósitos metálicos no Bronze Final (sécs. XIII-VII A.C.) do Centro e Norte de Portugal. Aspectos sociais e arqueometalúrgicos*, Universidade de Coimbra (tese de doutoramento).
- BOTTAINI, C., VILAÇA, R., MONTERO-RUIZ, I., MIRÃO, J. & CANDEIAS, A. 2017: «Archaeometric contribution to the interpretation of the Late Bronze Age "hoard" from Porto do Concelho (Mação, Central Portugal)», *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*, vol. 17, nº 1, 217-231.
- BOURDIEU, P. 1977: *Outline a theory of practice*, Cambridge University Press, Cambridge.
- BUBNER, T. 1996: «A cerâmica de ornatos brunidos em Portugal». In J. Alarcão (ed.), *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.*, Lisboa, MNA, 66-72.
- CABANES, F. J. 1829: *Memoria relativa a la navegación del Rio Tajo*, Real Biblioteca, Madrid.
- CALDEIRA, D. 2012: *Arqueologia de Alpiarça: o caso dos chamados «campos de urnas»*. Revisão, problemáticas e perspectivas, Coimbra, Faculdade de Letras (tese de mestrado).
- CANAS, N. 1999: «O Castro de Monforte da Beira (Castelo Branco)», *Estudos Pré-históricos*, Viseu, 7, 303-305.
- CARDOSO, J. L. 1987: «No Estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro», in A. C. Silva (coord.), *Arqueologia do Vale do Tejo*, IPPC, Lisboa, 69-81.
- CARDOSO, J. L. 1995a: «O Povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda», *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*, SEC/IPM/MNA, Lisboa, 48-49.
- CARDOSO, J. L. 1995b: «O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio», *Conimbriga*, XXXIV, 33-74.
- CARDOSO, J. L. 1996a: «O Bronze Final da Baixa Estremadura e as cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra)», *Sesimbra Cultural*, 5, 6-14.
- CARDOSO, J. L. 1996b: «Bases de subsistência em povoados do Bronze Final e da Idade do Ferro do território português. O testemunho dos mamíferos». In J. Alarcão (ed.), *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.*, Lisboa, MNA, 160-170.
- CARDOSO, J. L. 1999-2000: «Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, 355-414.
- CARDOSO, J. L. 2000: «A sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no quadro dos rituais funerários da Idade do Bronze da Baixa Estremadura», *Discursos*, Série III, 2, 243-251.
- CARDOSO, J. L. 2002: *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CARDOSO, J. L. 2003: «A gruta do Correio-Mor (Loures)», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 11, 229-321.

- CARDOSO, J. L. 2004: *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras 12).
- CARDOSO, J. L. 2005: «Uma tumulação do final do Bronze Final/inícios da Idade do Ferro no sul de Portugal: a *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim)». *O Passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão* em M. C. Lopes & R. Vilaça (coords.). Coimbra: Instituto de Arqueologia, 193-223.
- CARDOSO, J. L. 2006: «A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9 (1), 21-46.
- CARDOSO, J. L. 2008-2009: «Lisboa pré-histórica: novas informações à luz de antigos documentos», *Arqueologia e História*, Lisboa, 60/61, 89-117.
- CARDOSO, J. L. 2010-2011a: «O casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras)», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 18, 33-74.
- CARDOSO, J. L. 2010-2011b: «A ocupação do Bronze Final do povoado pré-histórico da Penha Verde (Sintra)», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 18, 579-590.
- CARDOSO, J. L. 2013: «Moita da Ladra 2 (Vila Franca de Xira), um sítio ritual do Bronze Final da região de Lisboa». *Homenagem a Armando Coelho Ferreira da Silva, Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Porto, XII, 49-67.
- CARDOSO, J. L. 2015: «Between the Atlantic and the Mediterranean: the Late Bronze Age around the Tagus estuary (Portugal). Economic, social and cultural aspects», *Rivista Scienza Preistoriche*, LXV, 149-170.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. 1996: «O povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras)», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 6, 351-359.
- CARDOSO, J. L., CANINAS, J. C. & HENRIQUES, F. 1998: «Duas cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco)», *Estudos Pré-Históricos*, 6, 325-345.
- CARDOSO, J. L., RODRIGUES, J. S., MONJARDINO, J. & CARREIRA, J. 1986: «A jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda». *Lisboa - Revista Municipal*, Série II, 15, 3-18.
- CARDOSO, J. L., LEITÃO, M., FERREIRA, O. VEIGA., NORTH, C. & NORTH, J. 1997-1998: «As cerâmicas e ornatos brunidos da Gruta do Correio-Mor (Loures)», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 7, 155-167.
- CARDOSO, J. L., GUERRA, A. & FABIÃO, C. 2011: Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alto Alentejo. In J. L. Cardoso & M. Almagro-Gorbea (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus escritor lusitano da Idade de Prata da literatura latina*, Lisboa/Madrid, Academia Portuguesa da História/Real Academia de la Historia, 169-188.
- CARVALHO, A. GALOPIM 2015: *As Pedras e as Palavras*, Âncora Editora, Lisboa.
- COFFYN, A. 1976: *L'âge du Bronze au Musée de F. Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco.
- COFFYN, A. 1985: *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Diffusion de Boccard. Publ. Centre Pierre Paris 11. Col. Maison Pays Ibériques 20. Paris.
- CORNIDE, J. DE 1893-1894: «Estado de Portugal en el año de 1800». In *Memorial Histórico Español*, Madrid, Imprenta y Fundición de Manuel Tello.
- CORRÊA, A. A. MENDES 1936: «Urnfelder de Alpiarça», *Anuario de Prehistoria Madrileña*, 4/6, p. 133-138.
- CRUZ, A. R. (2011): *A Pré-história Recente no Vale do Baixo Zêzere*, Arkeos, 30, CEIPHAR, Tomar.
- CRUZ, A. R., GRAÇA, A., BATISTA, A. 2011: «Recente Prehistory and Protohistory in Abrantes and Constância council (Portuguese Middle Tagus) – The research preliminary state». In P. Bueno Ramírez, E. Cerrillo Cuenca & A. González Cordero (eds.), *The Prehistory of the Inner Tagus Region*, BAR ie, 2219, Oxford, 93-109.
- CRUZ, A., DELFINO, D., GRAÇA, A., GASPAS, F., BATISTA, A. & BATATA, C. 2014: «A problemática das continuidades e descontinuidades na Idade do Bronze no Médio Tejo Português», Mesa-Redonda *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*, Abrantes.
- CRUZ, A., DELFINO, D., GASPAS, F. & BATISTA, A. 2015: «Circulação de artefactos, ideias e matérias-primas no Médio Tejo entre o Neolítico e a Idade do Bronze Final», 2ª Mesa-redonda Peninsular. *Tráfego de Objetos* [Para-Actas], Abrantes, 14-26.
- DELFINO, D., OOSTERBEEK, L., COIMBRA, F., BAPTISTA, J. C., GOMES, H., BELTRAME, M. & CURA, P. 2013: «A Proto-história no Concelho de Mação: Novas investigações, novas abordagens, novos dados», *I Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo*, Arkeos 34, Tomar, 181-193.

- DELFINO, D., CRUZ, A., GRAÇA, A., GASPAR, F. & BATISTA, A. 2014: «A problemática das continuidades e descontinuidades na Idade do Bronze no Médio Tejo Português». In A. Cruz (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*, Antrope, Tomar, série monográfica 1, 147-202.
- FAHLANDER, F. & OESTIGAARD, T. 2008: «The materiality of death: bodies, burials and beliefs. In Fahlander & Oestigaard (ed.)», *The Materiality of Death*, BAR, is 1768, Oxford, 1-16.
- FÉLIX, P. 1997: «O Final da Idade do Bronze no Médio Tejo. Quinta da Pedreira. Notícia de duas campanhas de escavações arqueológicas (1994 e 1996)», *Almadán*, II série, 6, 33-37.
- FÉLIX, P. 2006: «O Final da Idade do Bronze e os Inícios da Idade do Ferro», *Conimbriga*, XLV, 65-92.
- FÉLIX, P.; TRIÃES, R.; PONTE, S. & COROADO, J. 2005: «Castelo da Cabeça das Mós (Sardoal, Portugal): preliminary results from the 1999 excavation at a Late Bronze Age-Iron Age transitional settlement», *Acts of the XIVth UISPP Congress* (University of Liège, Belgium), Oxford, British Archaeological Reports, International Series, 1378, 111-122.
- FERNÁNDEZ NIETO, F. J. 1970-1971: «Aurifer Tagus», *Zephyrus*, XXI-XXII, 245-259.
- FIGUEIREDO, E., SILVA, R., SENNA-MARTINEZ, J., ARAÚJO, F., FERMANDES, M. B. & VAZ, J. I. 2010: «Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baiões (Viseu, Portugal)», *Journal of Archaeological Science*, 37, 1623-1634.
- GASPAR, J. 1970: «Os portos fluviais do Tejo», *Finis-terra*, V (10), Lisboa, 153-204.
- GOMES, M. V. 1992: «Proto-história do Sul de Portugal. A Idade do Bronze Final». In A. C. Silva & GOMES, M. V., *Proto-história de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa, 101-125.
- HENRIQUES, F., CANINAS, J. & CHAMBINO, M. 2008: «Cartografia arqueológica nos rios Erges, Aravil e Tejo (Idanha-a-Nova e Castelo Branco). Primeira notícia», *Açafa on Line*, 1, Associação de Estudos do Alto Tejo.
- KALB, P. & HÖCK, M. 1981-1982: «Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979», *Portugália*, nova série, II-III, 61-73.
- KALB, P. & HÖCK, M. 1987: «O Tejo na zona de Alpiarça (Idades do Bronze e do Ferro)». In A. C. Silva (coord.), *Arqueologia do Vale do Tejo*, IPPC, Lisboa, 48-52.
- KALB, P. & HÖCK, M. 1988: «O povoamento pré-histórico de Alpiarça», *Arqueologia*, 17, 193-200.
- LO SCHIAVO, F. 1991: «La Sardaigne et ses relations avec le Bronze Final Atlantique». In C. Chevillot, & A. Coffyn (dirs.), *L'Age du Bronze Atlantique* [Actes du 1<sup>er</sup> Colloque du Parc Archéologique de Beynac], A.MU.SA, Beynac-et-Cazenac, 213-226.
- LO SCHIAVO, F. 2008: «La metallurgia sarda : relazioni fra Cipro, Italia e la Penisola Ibérica. Un modelo interpretativo». In S. Celestino Pérez, N. Rafel & X.-L. Armada (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e.)*. *La precolonización a debate*, Madrid, CSIC, 417-436.
- MARQUES, G. 1972: *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*, Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, 13, Porto.
- MARQUES, G. & ANDRADE, G. M. 1974: «Aspectos da proto-história do território português 1- Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro)», *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, 125-148.
- MELLO, O. A. P., FORTUNA, V. & FERREIRA, O. DA V. 1961: «O monumento pré-histórico da Bela Vista (Colares)», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 45, 237-249.
- MERIDETH, C. 1998: *An Archaeometallurgical Survey for Ancient Tin Mines and Smelting Sites in Spain and Portugal*, BAR International Series 714.
- MONTEIRO, M. & PEREIRA, A. 2013: «Um depósito votivo da Idade do Bronze na Moita da Ladra (Vila Franca de Xira): Síntese dos trabalhos realizados e resultados preliminares», *Cira-Arqueologia*, 2, Vila Franca de Xira, 63-94.
- NETO, N., GONZÁLEZ, C., REBELO, P., SANTOS, R. & ROCHA, M. 2013: «Trabalhos arqueológicos na Quinta Nova de Santo António ou dos Ingleses – Carcavelos. A ocupação do Bronze Final», *Cira Arqueologia*, 2, Vila Franca de Xira, 19-39.
- OSÓRIO, A. B. 2013: *Gestos e Materiais: uma abordagem interdisciplinar sobre cerâmicas com decorações brunidas do Bronze Final/I Idade do Ferro*, Universidade de Coimbra (tese de doutoramento).
- PELLICER CATALÁN, M. 2008: «Los inicios del rito funerário de la incineración en la Península Ibérica», *Tabona*, 16, 13-35.
- PEREIRA, G. 1896: «O colar de Penha Verde», *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, 7 (1), 77-78.

- PIMENTA, J., HENRIQUES, E. & MENDES, H. 2012: *O Acampamento Romano do Alto dos Cacos. Almeirim*, Câmara Municipal de Almeirim.
- PIMENTA, J., SOARES, A. M. & MENDES, H. 2013: «Cronologia absoluta para o povoado Pré-Romano de Santa Sofia (Vila Franca de Xira)», *Cira Arqueologia*, 2, Vila Franca de Xira, 181-194.
- PONTE, S. 2006: *Corpus Signorum das Fibulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal*, Coimbra, Caleidoscópio.
- PROENÇA, F. T. 1910: «Inscrições inéditas», *O Archeologo Portuguez*, XV, 39-54.
- ROSA, J. M. & BIZARRO, J. 2015: «Arqueologia do concelho do Fundão. Contributos para a Carta Arqueológica», *Eburobriga*, 8, Fundão, 91-107.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. 1995: «El significado de la Ría de Huelva en el contexto de las relaciones de intercambio y de las transformaciones producidos en la transición Bronce Final/Edad del Hierro». In M. Ruiz-Gálvez Priego (ed.), *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*, Complutum (extra 5), Madrid, 129-155.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. 1998: *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce*, Barcelona, Crítica.
- SANTOS, J. M. 2008: *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas. 6. Castelo Branco*, Coimbra, Palimage.
- SAVORY, H. N. 1951: «A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa», *Revista de Guimarães*, 61 (3-4), 323-377.
- SCHUBART, H. 1971: «Acerca de la cerámica del Bronce Tardío en el Sur y Oeste Peninsular», *Trabajos de Prehistoria*, 28, 153-182.
- SILVA, A. C. (coord.) 1987: *Arqueologia do Vale do Tejo*, IPPC, Lisboa.
- SILVA, J. C., BATISTA, A. & FÉLIX, P. 1999: «Uma foie do Bronze Final proveniente da Quinta do Vale do Zebro (Rio de Moinhos, Abrantes)», *Estudos Pré-históricos*, Viseu, VII, 257-262.
- SILVA, A. C. F. & GOMES, M. V. 1992: *Proto-História de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.
- SOARES, A. M. 2005: «Os povoados do Bronze Final do sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre cerâmica de ornatos brunidos», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8 (1), 111-145.
- SPINDLER, A.; BRANCO, A. C.; ZBYSEWSKY, G. & FERREIRA, O. V. 1973-74: «Le monument à coupole de l'âge du Bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz)», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, LVII, 91-154.
- TARAMELLI, A. 1921: «Il ripostiglio di bronzi nuragici di Monte Sa Idda, Decimoputzu (Cagliari)», *Monumenti Antichi*, XXVII, 6-98.
- TERESO, S. & FERREIRA, S. 2007: «O povoado proto-histórico da Quinta da Aramenha (Santana, Cartaxo)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10 (1), 179-208.
- VALÉRIO, P., SOARES, A. M., MONTEIRO, M., PEREIRA, A., ARAÚJO, M. F. & SILVA, R. 2015: «A compositional and microstructural study of eighth-century BC bronzes from Moita da Ladra (Tagus estuary): how did the spread of the phoenician metallurgy take place in western Iberia?», *Archaeometry*, 58: 593-609.
- VASCONCELOS, J. L. 1986: «Xorca de ouro», *O Archeologo Português*, II, 17-24.
- VILAÇA, R. 1995: *Aspectos do povoamento da Beira Interior (centro e sul) nos finais da Idade do Bronze*, Lisboa, IPPAR, Trabalhos de Arqueologia 9.
- VILAÇA, R. 1997a: «Uma nova leitura para o Monte do Frade (Penamacor)», *Conimbriga*, XXXVI, Coimbra, 27-44.
- VILAÇA, R. 1997b: «Metalurgia do Bronze final da Beira Interior. Revisão dos dados à luz de novos resultados», *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, 123-154.
- VILAÇA, R. 1999: «Some comments on the archaeological heritage of the Late Bronze Age in Beira Interior», *Journal of Iberian Archaeology*, 1, 173-184.
- VILAÇA, R. 1998: «Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I milénio a.C.», *Estudos Pré-históricos*, 6, Viseu, [Actas do Colóquio A Pré-história na Beira Interior], 347-374.
- VILAÇA, R. 2000: «Registos e leituras da Pré-história Recente e da Proto-história Antiga da Beira Interior», *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, IV, Porto, 161-182.
- VILAÇA, R. 2004: «O monte de S. Martinho, Castelo Branco, na Idade do Bronze». In *Arqueologia: Coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco, 54-61.
- VILAÇA, R. 2006: «Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: novos contributos e reavaliação dos dados», *Complutum*, Madrid, 17, 81-101.
- VILAÇA, R. 2007a: «A Cachouça (Idanha-a-Nova, Castelo Branco). Construção e organização de um caso singular de inícios do I milénio AC». In S. O. Jorge et al. (eds.), *A concepção das paisa-*

- gens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, [Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Faro], 67-75.
- VILAÇA, R. 2007b: «Todos os caminhos vão dar ao Ocidente: trocas e contactos no Bronze Final», *Actas do Colóquio A Arqueologia Portuguesa e o Espaço Europeu. Balanços e Perspectivas*, Lisboa [*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, 2007], 135-154.
- VILAÇA, R. 2008a: «Reflexões em torno da presença mediterrânea no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro», in S. Celestino Pérez, N. Rafel & X.-L. Armada (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La Precolonización a debate*, Madrid, Escuela Española de Historia y Arqueología de Roma del CSIC, Série Arqueológica, 371-400.
- VILAÇA, R. 2008 b: *Através das Beiras. Pré-História e Proto-História*, Coimbra, Palimage.
- VILAÇA, R. 2011: «Ponderais do Bronze Final-Ferro Inicial do Ocidente peninsular: novos dados e questões em aberto». In M. P. García-Bellido, L. Callegarin & A. Jiménez Díez (eds.), *Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10<sup>th</sup>-1<sup>st</sup> centuries BC)*, Anejos de AEspA LVIII, CSIC, 139-167.
- VILAÇA, R. 2011-2012: «Late Bronze Age. Mediterranean impacts in the Western End of the Iberian Peninsula (actions and reactions)». In E. Aubet, & S. Pau (coords.), *Interacción Social y Comercio en la Antesala del Colonialismo: Los Metales como Protagonistas*. Actas del Seminario Internacional, *Cuadernos de Arqueología Mediterránea*, Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, 21, 13-30.
- VILAÇA, R. 2013a: «O povoamento da Beira Interior durante o Bronze Final: evidências, interação e simbolismos», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20, 191-220.
- VILAÇA, R. 2013b: «L'arrivée des premiers fers dans l'Occident atlantique». *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Madrid, N.S., 43 (1), 39-64.
- VILAÇA, R. 2014: «The Faces of Death: from the Bronze to the Iron Age, between the North and the South of the Portuguese territory». In A. Cruz *et al.* (eds.), *Rendering Death: Ideological and Archaeological Narratives From Recent Prehistory (Iberia)*, BAR International Series 2648, 125-138 [texto mais desenvolvido em Vilaça, (2015), *As faces da morte. Do Bronze para o Ferro, entre o Norte e o Sul do território português, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 53, 83-105. <http://revistataeonline.weebly.com/uacuteltimo-volume.html>].
- VILAÇA, R. (no prelo): «Da morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação», *Estudos Pré-históricos*, 17, 2012.
- VILAÇA, R. & CRISTÓVÃO, E. 1995: «Povoado pré-histórico de Monte do Trigo (Idanha-a-Nova)», *Estudos Pré-Históricos*, 3, Viseu, 201-211.
- VILAÇA, R. & CRUZ, D. J. 1999: «Práticas funerárias e cultuais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta», *Arqueologia*, 24, Porto, GEAP, 73-99.
- VILAÇA, R.; CRUZ & D. J. GONÇALVES, A. H. 1999: «A Necrópole de Tanchoal dos Patudos / Alpiarça, Santarém)», *Conimbriga*, XXXVII, Coimbra, 5-29.
- VILAÇA, R. & ARRUDA, A. M. 2004: «Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro», *Conimbriga*, XLIII, 11-45.
- VILAÇA, R., BECK, C., STOUT, E. 2002: «Provenience analysis of prehistoric amber artefacts in Portugal», *Madriider Mitteilungen*, 43, 61-78.
- VILAÇA, R., SMITH, W. & SANTOS, E. 2004: «Plant impressions in Late Bronze/Early Iron Age pottery from Beira Interior (Portugal)», *Journal of Iberian Archaeology*, 6, Porto, 181-208.
- VILAÇA, R. & CUNHA, E. 2005: «A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos», *Al-madan*, II série, 13, 48-57.
- VILAÇA, R., ALMEIDA, S., BOTTAINI, C., MARQUES, J. N. & MONTERO-RUIZ, I. 2011: «Metalurgia do Castro do Cabeço da Argemela (Fundão): formas, conteúdos, produções e contextos». In C. Martins *et al.* (coords.), *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*, Braga, CITCEM, 427-451.



